

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**GEORGES DUBY E A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO**

**LUIZ ALBERTO SCIAMARELLA SANT'ANNA**

**Trabalho apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História, mantido pelo convênio entre a Universidade Federal da Paraíba e a Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em História.**

**Dissertação de Mestrado**  
**Pernambuco – 2001.**

# **GEORGES DUBY E A CONSTRUÇÃO DO SABER HISTÓRICO**

**Luiz Alberto Sciamarella Sant'Anna**

## **Banca Examinadora:**

Prof. Dr. Raimundo Barroso Cordeiro Jr. (Orientador).

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosa Maria Godoy Silveira (membro).

Prof. Dr. Lorival Holanda ( membro)

### **Dedicatória**

Para Joseph Cleber um grande amigo: que  
a paz do divino mestre esteja conosco

## AGRADECIMENTO

Agradeço aos meus familiares pelo incentivo e força espiritual que me levaram a concluir este trabalho; principalmente a pessoa de meu filho (Pedro Henrique) pela compreensão da causa de minha ausência prolongada.

Ao Prof. Dr. Raimundo Barroso, que com paciência orientou este trabalho e ensinou-me a compreender as regras que se impõem a um trabalho científico, bem como pela indicação de livros que foram necessários à execução desta dissertação.

A Prof<sup>ª</sup>. Dr Rosa Godoy, professora cimeira, pela disponibilidade e carinhoso estímulo que me deu ao longo de toda a pesquisa, realizando leituras críticas e sugerindo modificações que enriqueceram o texto.

Aos colegas da **UFPB** (Maria da Vitória, Cândida Magalhães e Ricardo Amaral) que também acreditaram na realização dessa dissertação. Enfim, a todos o meu carinho e reconhecimento pela ajuda direta ou indireta.

Agradeço a CAPES pelo incentivo financeiro, sem o qual não teria feito este trabalho.

## Resumo

O presente trabalho tem por objetivo constituir-se como reflexão sobre o conhecimento histórico. O trabalho tem como principal enfoque investigar os três eixos teórico-metodológicos em que se assenta a obra de Georges Duby, medievalista francês, sendo estes: os annales, o estruturalismo e a escola marxista.

Em sua obra, a História é vista como uma construção, em seu interior existem elementos passíveis de análises que podem acrescentar e enriquecer o conhecimento, reorganizando o espaço, elucidando e clareando regiões em penumbra, sem com isto perder a determinação em se construir uma história o mais possível totalizante. Sua posição teórica resulta de um profundo conhecimento das ciências humanas, em geral, e da antropologia social, em particular. Por fim, analisa-se a principal característica do autor que é a capacidade de sintetizar duas tradições historiográficas; a dos Annales e a que nasce de Hegel e Marx.

## Abstract

The paper here presented has as objective to constitute itself as a reflection on the historical knowledge. The paper has as main focus to investigate the three theoretical-methodological axis in which the work of George Duby, French medievalist, is based on, which are: the “**Annales**”, the structuralism and the Marxist School.

In his work, History is seen as a construction, inside are elements passible of analyses which may add and enrich knowledge, reorganizing the space, elucidating and clearing obscure regions, but nevertheless without missing the determination of building a history as close as possible to a complete one. His theoretical position results from a deep knowledge of the human science, in general, and the social anthropology, in particular. Finally, the author's main characteristic is being analyzed, which is the capability of synthesizing two historiographical traditions; the Annales and the one which is born from Hegel and Marx.

“E o historiado que quiser compreender deve esforçar-se por desposar os movimentos desse pensamento, como deve forçar-se às mesmas caminhadas, penetrando também ele no coração da noite, às apalpadelas, na igreja, espiando o Messias, as primeiras luzes da aurora”

Guy Lardreau

## SUMÁRIO

Introdução .....	
1- Um Fazer Teórico – Metodológico: em busca de uma nova positividade na história .....	12
2- Mentalidades: um caminho percorrido .....	32
3- Duby e o Marxismo – Um diálogo e não uma adesão tácita .....	50
4- Para além da História: um olhar antropológico .....	69
Conclusão .....	87
Bibliografia .....	

## INTRODUÇÃO

O objetivo desta dissertação é constituir-se como uma reflexão sobre o conhecimento histórico, tomando por base o fazer historiográfico de Georges Duby – medievalista francês, cuja característica principal, e que se pretende ressaltar neste trabalho, é sua capacidade de sintetizar duas tradições historiográficas: a dos Annales e a que nasce de Hegel e Marx, possibilitando uma visão do homem e da sociedade de maneira rica e integral, tanto quanto foi rica a sua vida de fato.

Georges Duby nasceu a 7 de Outubro de 1919, em Paris. Filho de uma família de artesãos cursou seus estudos no Instituto de Macôn. Desde cedo, Duby orientou-se para os estudos da Idade Média e da sociedade feudal na Europa, sofrendo influências consideráveis de pensadores como Michelet e Marx e de outros dos quais foi contemporâneo ou pôde conviver. Partidário do método

*micheletiano*, que fundia lucidez e paixão. Serviu-se da obra de Marx para estudar a economia medieval, o que considerou “uma projeção arbitrária (que) revelou-se extremamente eficaz”. Foi amigo de Althusser, de quem também sofreu influência no que concerne às formulações sobre as superestruturas e, em especial, as ideologias e valores, utilizadas nos seus inúmeros estudos sobre mentalidade medieval.

Seu itinerário profissional tem início como *agregé* na Faculdade de Letras de Lyon, em 1942. Em 1953, passa a ocupar o cargo de professor titular de História da Idade Média na Faculdade de Letras em *Aix-en-Provence*, assumiu a cátedra de professor titular no *Collège de France* ( história das sociedades medievais), em 1970 Entra para a *Académie Française*, em 1987, também membro da *Académie des Inscriptions et Belles-Lettres*, do *Conseil National des Langues et Cultures Régionales*, e do *Conseil Supérieur de la Langue Française*.

A trajetória profissional de Duby não se caracterizou tão somente pela existência de cargos honoríficos e obras escritas. Essas serão citadas, e, as principais terão comentários dentro do propósito deste trabalho, que é de analisar o fazer historiográfico do historiador; mas, também, torna-se necessário para que se tenha uma visão mais abrangente da atuação do historiador, em áreas outras, que as citadas neste trabalho, como as incursões do autor nas produções audiovisuais, onde obras suas foram traduzidas em imagens, imagens em movimento.

Duby, como tantos intelectuais de sua idade, a princípio, teve reservas quanto a utilização da televisão, pois esta poderia ameaçar, em sua intimidade, o vasto campo que este pretendia dedicar à leitura, à música etc.. Vencidas as resistências, acompanhado dos diretores Pierre Dumayet e Roland Daboïs, tem início a produção de seriados, documentários e programas televisivos que adaptaram diversas obras do historiador, tais como: **O tempo das catedrais, Domingo de Bouvines, O ano mil , São Bernardo e a arte cisterciense** etc. Nestas três últimas obras, é esboçada uma espécie de sociologia da arte medieval, no dizer do historiador. A televisão ampliou indefinidamente o público da boa

história, sendo enfatizado o valor pedagógico do instrumento televisivo. Nesta fase de sua carreira, o historiador assume o cargo de Presidente *do Conseil de Sûveillance de la SEPT ( Société Européenne de Programmes de Télévision)*.

Georges Duby, em seu fazer historiográfico, esboça, uma História que pode ser descrita como uma série de níveis comunicantes, sem que haja nesses níveis perspectiva individual ou de classe por parte do autor. A História é vista como uma construção, em seu interior existem elementos passíveis de análises que podem acrescentar e enriquecer o conhecimento, reorganizando o espaço, elucidando e clareando regiões em penumbra, sem com isto perder a determinação em se construir uma história o mais possível totalizante.

O homem é apresentado na obra de Duby com uma riqueza máxima de matizes, [onde este poderia ser visto como que naufragado sob o peso das estruturas, preso a determinações rígidas e implacáveis]. Entretanto, o homem também é focado em sua capacidade de resistência e superação dos obstáculos e que, sendo superados, no cotidiano de sua existência, transformam-se no enredo de sua vida. As possibilidades para este olhar outro sobre a história, em grande parte, advém da postura de Duby em ser propositivo e crítico, tanto da tradição dos Annales, como das correntes historiográficas ou teóricas com as quais pontuou suas relações intelectuais, tais como o estruturalismo, a antropologia estrutural, a psicanálise etc.

Sua posição teórica resulta de um profundo conhecimento das ciências humanas, em geral, e da antropologia social, em particular. Isto se deve ao fato do historiador freqüentar as obras de Mauss, de Polanyi, de Lévi-Strauss, de Dumézil, de Foucault, de Bourdieu. Este conhecimento acumulado por Duby é traduzido em sua obra pelo respeito à hierarquia dos fenômenos históricos. A partir de uma profunda análise do material histórico, evita confundir regras com exceções, correntes dominantes com desvios e permanências com mutações, com o intuito de se certificar do efetivo significado das experiências históricas. Esta operação inclui os aspectos da produção material da vida, sem desprezar as manifestações culturais mais representativas, tais como ritos, mitos, relações de

parentescos, em resumo, todas as concepções de mundo predominantes em uma época.

Dos Annales, vêm as possibilidades de um trabalho histórico orientado de modo a afastar-se definitivamente das explicações finalistas e franqueado à contribuição de todas as ciências humanas. Deste exercício de conhecimento, resulta o estreitamento, quase desaparecimento, das fronteiras entre a História e as demais ciências humanas, passando a ser interfaces submetidas a fluxos e refluxos da elaboração do conhecimento, tornando-as, dessa forma, permeáveis à elaboração e concretização de uma verdadeira interdisciplinaridade.

O território intelectual e científico de Georges Duby é a “Nova História”, como se costuma identificar a produção historiográfica, as orientações teóricas e os procedimentos metodológicos presentes na terceira geração dos Annales. Sua ambição é produzir uma história que englobe o conjunto da evolução de uma sociedade segundo modelos globalizantes, procurando atingir este objetivo utilizando um positivo ecletismo teórico e a coragem de lançar olhares sobre as fronteiras. Isto, sem perder de vista os valores que consolidaram a identidade inovadora do projeto historiográfico dos Annales.

As relações interdisciplinares entre a História e as Ciências Sociais, a partir da iniciativa dos Annales, contribuíram para a expansão do território do historiador cuja consequência foi a ampliação considerável do número de objetos que podem ser estudados. Em função disso, abrem-se às possibilidades para a presença de vários gêneros históricos na obra de Duby: a narrativa, a biografia, a história política e a surpreendente volta do acontecimento, embora este retorno se fundamente em uma problemática profundamente renovada.

Os progressos metodológicos e teóricos alcançados por Georges Duby vêm, em grande parte, dos desafios promovidos pelas ciências sociais, obrigando os historiadores a reformularem seus questionários. A antropologia estrutural, por exemplo, marca, sobremaneira, a sua obra, oferecendo-lhe novas concepções nos

campos do político, do econômico e do religioso, com diferenças marcantes em relação àquelas dos princípios do século XX.

A preocupação em responder às necessidades teórico-metodológicas de uma história do social leva Duby a defender uma psicologia do social que estuda o mental como resposta ou condição do social. Esta postura de Georges Duby o aproxima das questões próprias de uma História preocupada com os condicionamentos sociais e econômicos do sujeito histórico, o que poderia facilmente enquadrá-lo como um autor marxista ou caracterizar uma adesão? Utilizando conceitos e argumentos marxistas, ao mesmo tempo procurando fazer história das mentalidades, a partir da aproximação da história com a psicologia social, permitiu-se assimilar as contribuições marxistas, notadamente aquelas originárias da produção intelectual do “jovem Marx”.

Na obra de Duby, vemos entrecruzarem-se as contribuições de Marx e Lévi-Strauss, Mauss e Goldman, Dumézil e Braudel. Modo de produção com relações de parentesco, sociedades dualistas com figuras trifuncionais, imaginário e infra-estrutura, e outros tantos conceitos e categorias, sedimentando todo um arcabouço teórico-metodológico eclético, visando uma melhor compreensão do homem em suas diversas dimensões, valorizando suas contradições, sua capacidade de criar diante das adversidades, suas forças e fragilidades.

No primeiro capítulo desta dissertação, enfocamos os fatores intelectuais e históricos que possibilitaram a pesquisa e a produção histórica empreendidas por Georges Duby. Buscamos enfatizar as condições históricas que justificaram o seu fazer historiográfico e, para tanto, procurando traçar a trajetória de sua formação acadêmica, entender as posturas assumidas quanto às escolhas teórico-metodológicas em suas investigações. Ressaltamos, principalmente, as influências que o movimento dos Annales exercem sobre sua obra bem como todas as outras que marcaram seu caminho intelectual, não deixando de fazer incursões nos próprios referenciais destas correntes historiográficas.

O segundo capítulo tem por finalidade enfatizar um estudo da influência de Marc Bloch e Lucien Febvre na obra de Duby, rumo à apreensão da história das mentalidades a partir dos anos 50, procurando mostrar os pressupostos teórico-metodológicos que alicerçam esse estudo na Escola dos Annales. Traçamos, assim, o percurso de Duby como um historiador das mentalidades. Atenta-se, ainda neste capítulo, para a validade do estudo sobre as mentalidades e as dificuldades do mesmo, apresentadas pelo historiador, com destaque para o retorno à política e o “renascimento” da narrativa, assim como o estudo biográfico.

O terceiro capítulo trata, primeiramente, das possibilidades de diálogo entre a escola Marxista e a escola dos Annales, analisando diferentes perspectivas para um reconhecimento do alcance e dos limites da diferença entre esses dois poderosos instrumentos teóricos. Em um segundo momento, enfoca-se como a teoria Marxista é utilizada por Duby, tendo por finalidade uma melhor compreensão da sociedade feudal e os “contornos” necessários para sua aplicação, a partir dos conceitos e categorias, para uma história social.

No quarto capítulo, empreendemos um estudo sobre a influência estruturalista na obra de Georges Duby, tendo a preocupação de identificar qual ou quais correntes estruturalistas estão presentes. Com este procedimento, espera-se que se possa avaliar e entender o seu estudo sobre as mentalidades, embora esta não seja obrigatoriamente uma história estruturalista. Neste capítulo, analisa-se, também, o conceito através do qual Duby define ideologia e a forma como esta representação que os homens têm da sociedade, pode ser transformada em objeto de estudo da história. Para isso, fazemos uma incursão em sua obra **“As três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo”**, com a finalidade de observar a prática historiográfica do autor. O capítulo se finaliza com a percepção da aproximação que Duby empreende entre o estudo das mentalidades e o das ideologias, o fazer historiográfico marxista e o dos Annales.

## **1. UM FAZER TEÓRICO-METODOLÓGICO: EM BUSCA DE UMA NOVA POSITIVIDADE NA HISTÓRIA**

A escola dos Annales promoveu uma renovação teórico-metodológica na historiografia francesa e do “mundo ocidental”, ao incorporar a consideração da simultaneidade, que é entendida pela dominação da assimetria entre o passado e o presente. Mudam seus objetivos e seus historiadores, mudam também seus problemas disciplinares, que aparecem a partir do momento em que a História não se deixa mais dominar por uma representação de um tempo histórico sucessivo e teleológico.

A História produzida pelos Annales se apresenta como oposta à “tradicional”, trabalhando um mundo histórico mais durável, mais estruturado, mais resistente às mudanças, revelado pela inclusão da consideração da permanência no olhar do historiador, que era impensável em história até o início do século XX. A abordagem da repetição, da permanência, a quantificação de movimentos reversíveis e regulares, a longa duração, tornam-se a direção principal dos historiadores, dessa forma, realizam uma novidade epistemológica, pois o conhecimento histórico se via limitado à irreversibilidade e à mudança. Não havendo o abandono do estudo da mudança, a inclusão da permanência, na

sua abordagem, serviu para melhor conhecer e controlar as mudanças humanas no tempo.

Os Annales enfatizarão os condicionamentos econômico-sociais das ações e decisões individuais, a sociedade global, as massas, e as condições materiais da vida humana. Influenciada pelas Ciências Sociais, a História passa a visar, também, o que os homens não sabem que fazem e não apenas seus planos declarados, suas causas edificantes, suas crenças. Dessa forma, abrem um novo campo de pesquisa, mais amplo e diversificado.

Com a proposta de focar novas realidades humanas, a história teve que renovar as técnicas utilizadas, mudando, assim, o conceito de fonte histórica. A documentação será relativa ao campo econômico-social-mental, sendo massiva, serial, revelando o duradouro, a longa duração. Os Annales foram engenhosos para inventar, reinventar ou reciclar fontes histórica, utilizando documentos de todos os tipos: psicológicos, orais, estatísticos, plásticos, musicais, literários, poéticos, religiosos.

Os historiadores dos Annales têm perspectivas diferentes sobre a renovação historiográfica, entretanto, o princípio em torno do qual se percebe uma certa unidade, é a perspectiva da longa duração, a tentativa de superação do evento, a partir da influência das Ciências Sociais, que possibilita a interdisciplinaridade. Nestes pontos, é possível reunir Lucien Febvre, Marc Bloch, Fernand Braudel e os representantes da 3ª geração, embora seja possível detectar divergências entre estes quanto à concepção de longa duração no tocante à sua relação com o evento. A 3ª geração vem sendo acusada de não manter o mesmo nível intelectual da tradição e o rigor de análise, procurando simplesmente se manter na “moda”, e, surgem, então, as dificuldades para uma avaliação precisa do seu quadro intelectual. Segundo Peter Burke, *O quadro intelectual da terceira geração é mais difícil de pintar do que da primeira e segunda. Ninguém domina agora como Febvre e Braudel o fizeram antes. Na verdade, alguns falam em uma fragmentação intelectual.* (Burke, 1990, p.65).

Jacques Le Goff esclarece que a nova história, na medida que não constitui um bloco, é uma nebulosa cujo cerne é a escola dos Annales, e que se mantém fiel aos objetivos desta última. *Creio, aliás, que o que aconteceu e o que acontece nos melhores casos é que os historiadores dessa tendência conservaram o mesmo objetivo, mas procuram atingi-lo por outros meios.* (Le Goff, 1993, p.3).

A História, afetada pela presença de novas exigências e sensível às interrogações do presente, se associa a novas disciplinas: psicanálise, lingüística, literatura, semiótica, climatologia, paleobotânica, antropologia etc. Esta última leva a história a se interessar pelos aspectos simbólicos e culturais da sociedade. A História acentua a desaceleração do tempo realizada por Braudel. Os gestos cotidianos, costumes, passam a ser estudados na perspectiva da “longa duração”, o itinerário intelectual de alguns historiadores dos Annales transferiu-se da base econômica para a “superestrutura” cultural, no dizer de Vovelle, “do porão ao sótão.”<sup>1</sup>. A História passa a ser escrita no plural, as “estruturas mentais” se tornam o interesse central da pesquisa histórica e estas são plurais, múltiplas e heterogêneas.

Com estas novas orientações, a história que foi denominada de “nova”, não pensa mais o “global”, mas o “geral”, como definiu M. Foucault. É importante atentar que não reside, nesta postura assumida por grande parte dos historiadores da terceira geração, uma traição aos fundadores, como acusa François Dosse;<sup>2</sup> e, em sua defesa, Le Goff esclarece: *Lucien Febvre e Marc Bloch, proclamaram a ambição de uma história “total” ou “global”*<sup>3</sup>. *E a história nova conserva, essa proposta de uma ciência histórica que não mutile a*

---

<sup>1</sup> Vovelle (1982) observa que a frase foi cunhada por Le Roy Ladurie, antes deste ter seguido roteiro semelhante.

<sup>2</sup> Em seu livro *A História em Migalhas*, François Dosse apresenta uma tese a respeito do interesse de alguns historiadores da atualidade pelas descontinuidades entre as séries parciais de fragmentos de história.

<sup>3</sup> Essa história global corresponde ao esforço de Febvre de apreensão do *Zusammenhang* (contextualização) e revela sobre ele a influência de Dilthey e Michelet. (Febvre, 1965, p.25-26)

*vida das sociedades e que não eleve, entre os diferentes pontos de vista sobre o devir dos homens, as barreiras de subdisciplinas.* (Le Goff, 1989, p.18).

Para Le Goff, a noção de uma história “global” poderia ser contaminada por subentendidos tradicionais e paralizadores, que apontassem para uma coerência e uma continuidade que não corresponde às descontinuidades, que são encontradas pelo historiador em seu ofício. Concluindo, cita M. Foucault:

“esse uso ideológico da história pelo qual se tenta restituir ao homem tudo o que, há mais de um século, não cessou de lhe escapar (...). Da velha cidadela dessa história (...) os historiadores desertaram desde há muito e partiram para trabalhar em outro lugar”. Michel Foucault conclui: “(...) O tema e a possibilidade de uma *historia global* começaram a dissipar-se e vemos esboçar-se, bastante diferente, o delineamento do que poderia ser chamado de *história geral*.” (Foucault apud Le Goff, 1969, p.17-24)

A História sofreu uma modificação profunda em seu campo de análise. O historiador não é mais um colecionador e empilhador de fatos, ele é um construtor, recortador, leitor e intérprete de processos históricos. É sob este prisma que este trabalho procura focar a produção historiográfica de George Duby, um dos mestres da história da Idade Média e um dos historiadores contemporâneos de maior prestígio internacional, que fez sua reputação como historiador social e econômico da França Medieval, seguindo de perto a tradição estabelecida por Bloch. Neste sentido, Duby inspirou-se nas obras *La société féodal* e *Les caractères originaux de l'histoire rurale 220 française*, em seus estudos sobre a região de Mâcon e em sua síntese sobre a economia rural do Ocidente medieval.

Na década de 60, os interesses de Duby moveram-se em direção à história das mentalidades, colaborando com Mandrou em sua história cultural da França. Posteriormente, indo além de Bloch e do estilo original dos Annales, sendo observável a inspiração neomarxista, demonstra sua preocupação com a história das ideologias, da reprodução cultural e do imaginário social. Neste

campo, procura combinar estas categorias com a história das mentalidades, cujo coroamento se dá em seu livro **As três ordens**, que será utilizado no quarto capítulo deste trabalho, com a finalidade de se perceber a concepção do autor sobre *ideologia* e as contribuições que este conceito, tão caro aos marxistas, pode trazer de contribuição para a história das mentalidades.

Na construção de sua obra histórica, é percebida uma atitude de fidelidade para com a tradição dos *Annales*, tornando-se uma necessidade constante, para que se possa compreender a construção de seu saber histórico, avaliar o peso da influência dos fundadores da Escola no seu fazer historiográfico, bem como a utilização do instrumental teórico marxista na análise de uma sociedade fora da contemporaneidade. A partir de então, compreender a legitimidade dessa apropriação, que será analisada com maior apuro no terceiro capítulo, assim como, estudaremos no quarto capítulo as resistências criadas pelo autor ao “estruturalismo” presente em sua obra, mas vendo neste, um grande poder de estímulo ao trabalho de Duby, embora não possamos qualificar sua obra de estruturalista. Duby é um historiador que opera críticas ao antigo positivismo, tendo o firme propósito de não arruinar a pretensão da História ao saber positivo e procurando as condições de possibilidade de tal saber. Para confirmar essa preocupação “científica”, basta observar as construções de seus modelos teóricos cuja finalidade é desenhar um novo método positivo .

Na construção de seu saber histórico, seu objetivo é revelar o homem em toda a sua diversidade. Sendo dominador ou dominado, não sendo santo, não é só pecador, mas é o centro da história que existe, na qual se relacionam dimensões variadas da atividade humana. O historiador busca um quadro totalizante das sociedades, sem com isto impedir as possibilidades de um outro acabamento, consciente das impossibilidades de se atingir todas as nuances do conjunto das atividades humanas. Investindo, assim, no aprofundamento de novos estudos, descobertas e compreensão dos complexos traumas, com os quais

os homens respondem a desafios, saltam obstáculos, se organizam, e se apercebem, lutam e desejam.

Com o propósito de revelar toda a riqueza de uma sociedade, Duby promove um detalhamento deste conhecimento, obtendo um mais rico esclarecimento de uma época, de uma realidade vivida, utilizando conceitos que não se restringem a determinados campos de conhecimentos. Transpõe fronteira de novas áreas de conhecimentos, abrindo possibilidade de conhecimentos com especialistas de correntes de estudos outros, que possam contribuir para um maior entendimento de uma realidade social histórica. O esforço para se obter um maior esclarecimento de uma realidade vivida, leva o historiador a interessar-se pelo oculto, pelo fugidio, pelo que é silenciado, sem com isto se atrelar a uma prática psicanalítica, pois o papel do instrumento psicanalítico, na investigação histórica do historiador, sofre reservas.

“Ora estou convencido de que não existe ‘inconsciente coletivo’. Este conceito parece-me levar a investigação histórica para uma via sem saída, na medida em que ele leva a transferir para a análise de uma sociedade, e do que a faz evoluir deste ou daquele modo, processos de investigação, de despistagem, interrogações que só podem ser operatórias quando se trata do devir de um indivíduo”. (Duby, 1980, p.88.).

A interdisciplinaridade, tão apregoada pelos Annales e pelo próprio Duby, só tornou-se possível a partir de uma nova temporalidade, muita bem definida por Bloch em sua obra sobre concepção de tempo histórico como duração. Embora reafirme que o propósito da história ainda é *o estudo dos homens, das sociedades humanas no tempo*”, “*são os homens que a história quer apreender*. (Bloch,1974, p.34). O historiador define a perspectiva que se deve ter desse objeto comum das ciências sociais: a história não pensa somente o “humano”, ela o pensa na “duração”. Bloch afirma que o tempo da História é um plasma que banha os fenômenos, e o lugar de sua inteligibilidade é uma realidade concreta e viva.

O tempo da história é, ao mesmo, tempo de continuidade e descontinuidade, esta antítese gera os grandes problemas da pesquisa histórica. Se, por um lado, a História tradicional privilegia o tempo curto, a mudança, que a leva a fixar-se no Estado, na Igreja, nas instituições culturais etc., por outro, os Annales priorizaram o estudo dos fenômenos econômicos-sociais, pois são abordáveis “cientificamente”, pois são mensuráveis, seriáveis, empiricamente verificáveis.

Os fenômenos sócio-econômicos são pensáveis em termos de ciclos, interciclos e tendências. A inteligibilidade da História muda através de uma nova periodização, implícita, lenta, estrutural. Esta abordagem, baseada numa nova representação do tempo da História, constitui-se a partir da aproximação que os Annales promovem com as Ciências Sociais.

“Os Annales realizaram uma revolução epistemológica quanto ao conceito de tempo histórico, ou melhor, uma renovação profunda, uma mudança substancial na forma de sua compreensão, mas sem perder a sua ligação com o projeto inaugural de Heródoto: “conhecer as mudanças humanas no tempo” ( Reis, 2000, p.15 ).

Estas mudanças se deram, principalmente, a partir das críticas feitas pelos sociólogos durkheimianos à história historizante, apontando para a precariedade de um “conhecimento das mudanças humanas” e contra a aceleração do tempo produzida pela modernidade. Os Annales das três gerações se mostraram sensíveis e se esforçaram por tornar realizável a interdisciplinaridade com as ciências sociais. *A “longa duração” dos Annales é a tradução, para a linguagem temporal dos historiadores, da estrutura atemporal dos sociólogos, antropólogos, lingüistas etc.* (Reis, 2000, p. 19.).

Na produção historiográfica de Duby, é inegável a influência estruturalista, movimento intelectual proveniente das Ciências Sociais, especialmente a antropologia. Os instrumentos da crítica histórica utilizados pelo historiador são forjados para serem aplicados nas fontes, principalmente nos

textos, de modo a apreenderem as lentidões e perceberem o não-exprimido, orientando a investigação com vistas a revelar as formas estruturais, as oscilações de longa freqüência.

Uma outra característica que pode ser apontada, como sendo influência dos embates entre a História e as Ciências Sociais, é a postura de Duby, extremamente meticulosa, quanto a estabelecer pontos de ancoragem cronológica em suas análises, *pois fazer história é uma referência a uma duração*. (Duby,1980, p.53.). A preocupação redobra quando as observações são feitas na longa duração, onde apreende objetos de estudo, muitas das vezes, impalpáveis e mal situáveis, principalmente quando se propõe a estudar as revelações da arqueologia da vida quotidiana, as interrogações a propósito das mentalidades, as tentativas de relacionar fenômenos culturais com folclóricos, etc.

O início da carreira de Georges Duby, como foi indicada por este, em sua obra **A História Continua**, tem como marco a instalação de sua oficina de trabalho na Idade Média, um domínio imenso que tornava necessário saber onde se situar. Ao situá-lo, nos é permitido fazer uma avaliação dessa escolha e torna-se possível delinear os primeiros traços da postura historiográfica que caracterizará sua atitude intelectual de historiador, a originalidade e a erudição que permearão sua obra.

A escolha de Georges Duby recai sobre o estudo de uma estrutura social, a qual denominamos feudal, cuja sociedade se apresenta eminentemente rural, pois se forma em uma época em que as cidades e os comerciantes não tinham ainda um peso significativo. Todas as esferas da vida social se encontravam envoltas na ruralidade, mais precisamente, pelos séculos em que a sociedade feudal estrutura as suas bases e cuja documentação é, por vezes rara, por vezes, quase que inexistente.

Para realizar esta reflexão historiográfica, a partir de um lugar geográfico-espacial, antes se devem observar as características de uma das tendências apresentada na França, após os abalos provocados pela crise

econômica do início dos anos 30 do séc. XX, que sacudiu as bases de produção e das trocas na Europa. Neste período, muitos historiadores voltarão sua atenção para os fenômenos econômicos: tais como o precursor Henri Pirenne<sup>4</sup>, Jean Schneider, Philippe Wolff, Michel Mollat, etc.

Inspirados pelos modelos constituídos pelos economistas, em torno das idéias simples de crescimento e crise, e como o valor das coisas evoluía no passado, esforçavam-se para identificar as tendências de longa duração e ciclos, esboçando, ainda em gérmen, o que, mais tarde, Braudel proporia sobre os três estágios superpostos do desenrolar do tempo histórico; e revelavam também uma certa obsessão pelos números e médias, valendo dizer, por um tipo de história que se firmaria na França depois dos anos 50, especialmente a propósito da demografia das épocas antigas, que pode ser denominada de história serial. Certos períodos se prestam, mais que outros, a esse tipo de investigação, a época moderna é um destes. Sem a sobrecarga de uma documentação superabundante, o historiador consegue extrair dos textos séries contínuas de cifras.

Era o propósito de Duby se unir a esta “vanguarda” intelectual e é fato que, em seu itinerário de historiador, o aspecto econômico tem uma importância bem marcante, mas sua formação de geógrafo pesa em sua escolha do lugar geográfico-espacial para iniciar seus estudos. Instalada pois, sua oficina de trabalho nos séc. XI e XII, onde a documentação, embora em número suficientemente pequeno, fornece pontos de apoio necessários sem riscos de se perder, podendo fazer praticamente o inventário da informação, desde que se delimite um território não muito vasto.

A concepção teórico-metodológica pela qual Duby iniciou suas investigações sobre a Idade Média, está ligada aos avanços realizados por Bloch, em sua ampla concepção de civilização agrária, que chama atenção para o fato de que (...) *diante da existência de diferentes sistemas agrários não pode ser explicado apenas pelo meio físico.*, (Bloch,1931.p.73.) e utiliza os métodos

---

<sup>4</sup> Pirenne, Henri ( 1862-1935 ). Historiador francês, famoso por sua interpretação sobre o processo de transição da Idade Média para a Idade Moderna na Europa.

globalizantes da antropogeografia, forjados por Ratzel<sup>5</sup>. Duby parte de bases de história sócio-econômica e amplia seus horizontes pela integração dos sistemas de representação

Sua escolha encontra-se um tanto quanto em oposição à produção historiográfica sobre a feudalidade, dos anos pós-segunda guerra, em que a história econômica ocupava o primeiro plano e as investigações históricas haviam voltado grande parte de sua atenção para os fenômenos econômicos norteados pelos modelos construídos por economistas.

Era um período de hegemonia da história quantitativa, “serial”, nas áreas da economia e da demografia. A euforia com a possibilidade “científica” da quantificação, neste momento, era grande o bastante para o pronunciamento de Le Roy Ladurie: *no limite, não há história científica senão do que é quantificável*. (Ladurie, 1973, p.22). Logo após, Furet analisa os méritos e limites da história quantificada, em seu artigo “*Le Quantitatif en Histoire*”, no qual considera a história serial um grande salto “qualitativo” em direção a um conhecimento histórico, embora também mostre seus limites.

A formação de geógrafo de Duby, antes de ser historiador, é esclarecedora quanto ao lugar geográfico-espacial escolhido para instalação da sua oficina de trabalho. Além disso, queremos registrar, a importância do lugar social, onde esta pesquisa historiográfica se articula e as condições que possibilitaram o texto existir. Exatamente as condições históricas, aquilo que Foucault chama de *apriori* histórico, isto é, todo um chão social, político, cultural, epistemológico, que se encontra na própria estruturação do texto, mas não está dito nele. O texto, de uma certa forma, mascara, não encena suas próprias condições.

---

<sup>5</sup> A influência dos métodos globalizantes forjados por Ratzel, presente na obra de Bloch, como na de Duby, não exclui a influência sobre o último, da geografia sob a inspiração de Vidal de La Blache bem como as obras de Febvre, Bloch e Braudel, que farão uma geo-história, que produziu os frutos mais eminentes da *nouvelle histoire*. A geografia vidalina ajudou os historiadores dos Annales na sua inovação maior em relação à produção histórica anterior: a sua concepção do tempo histórico. (Reis, 2000, p.61-63.)

“(…) Ela está, pois, submetida a imposições, ligadas a privilégios, enraizada em uma particularidade. É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delinea uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhes serão propostas, se organizam”.(Certeau, 1975, p.67.).

Assim como Foucault, também Michel de Certeau chama atenção para a importância do lugar social na produção historiográfica, embora o lugar trabalhado por Certeau seja um lugar social e simbólico e a escolha de Duby se faça em um lugar geográfico-espacial, o que são noções diferenciadas, não excludentes mas congruentes e explicativas.

A resistência à hegemonia da história quantitativa, serial, econômica e demográfica, pode ser vista como um fato indicativo da influência das relações sociais e intelectuais vividas pelo historiador que constrói seu espaço de pesquisa. Como se viu, este processo se inicia a partir do estudo de formação social extremamente rural, promovendo uma complementaridade entre história econômica e social, que caracteriza o ponto inicial da produção do autor. A complementaridade entre história econômica e história social é também observável na postura da Escola dos Annales, no contexto em que Duby produz suas primeiras obras. Segundo L. Wallerstein:

“(…) a Escola dos Annales fornece um meio favorável à expressão desse equilíbrio procurado. E é uma escola que resiste à hegemonia anglo-saxônica e é também afastada do Partido Comunista Francês. Existe uma dose importante de nacionalismo no pensamento dos Annales, nacionalismo que o sustentou e o fez expandir-se.”. (Wallerstein apud Reis. 1988, p.17-24).

A tese de doutorado de Duby foi construída segundo o modelo das monografias regionais que a Escola Francesa de Geografia produzia então, tal como as teses de Demangeon ou de André Allix. Este último foi seu primeiro orientador e colaborador, como Duby, nos Annales. A principal contribuição de Allix para o trabalho de tese de Duby pode ser sintetizada na firme proposição de que, para se explicar convenientemente uma paisagem de determinada região na

atualidade (região de Oisans), era necessário explicar o modo como foram ocupadas e exploradas as terras da Idade Média.

Essa influência marcou profundamente o Duby geógrafo, que contempla a natureza e procura explicá-la, sabedor que esta é o resultado de uma elaboração moldada ao longo das eras, pela ação dos grupos sociais que viveram e que vivem no espaço, atento não só para a materialidade, os aspectos físicos modeladores, mas também , as forças, os desejos, as configurações destes grupos.

Como historiador, Duby abandona a concepção superficialmente centrada em indivíduos excepcionais, cujas decisões pareciam governar a efervescência dos fatos, e estuda o homem em sociedade, sendo este um homem comum ou singular. Apercebe-se da sociedade como uma paisagem que é sistema, cuja evolução é determinadas por múltiplos fatores que se relacionam, não no sentido de causa e efeito, mas de correlação e de interferência. Sendo assim, por uma questão de método, considerava conveniente estudar cada um desses fatores, observando como evoluem, com seu ritmo próprio, mas imperativo considerá-los na indissolúvel coesão que os une, com a finalidade de compreensão do funcionamento do sistema. Esta postura de Duby é reforçada em uma entrevista:

“Tento abandonar a mecânica da causalidade. Falo de preferência de correlação e não de causas e efeitos. Isso me leva a pensar que tudo é determinado e que tudo determina tudo. Essa noção de totalidade indispensável faz me pensar nisso”  
(Duby, 1980, pg.75.)

É esclarecedor sabermos sobre o papel importante da Escola Francesa de Geografia que, na época da formação do historiador, encontrava-se na vanguarda de todas as Ciências Sociais. Era nesta perspectiva que os contributos provenientes da sociologia e o suporte da geografia física promoviam importantes esclarecimento sobre o mundo rural francês. Os conhecimentos provenientes destas duas áreas de saber eram um constante recurso aos

historiadores em suas pesquisas. Os geógrafos deram importantes contribuições para o conhecimento da vida rural no tempo de Carlos Magno<sup>6</sup>, destacando os alunos de Rauol Blanchar<sup>7</sup>, que propunham uma geografia não simplesmente humana, mas humanística.

A Secção de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lyon, estava atento ao que de mais novo se produzia nas ciências do homem., tinha uma atenção particular ao que viria se chamar “Escola dos Annales”, pois, desde o seu início, atenta aos progressos realizados nas Ciências Sociais. Da Escola Francesa de Geografia; saíram muitos dos colaboradores para essa escola, gente, como André Allix, Faucher, Dion , todos esses com participação na formação profissional de Georges Duby.

A partir de 1951, antes de assumir a cátedra universitária da Faculdade de Letras de Aix-en- Provence, na Provença francesa, Duby é convidado por Paul Lemerle a trabalhar em um projeto que ampliava em muito sua área de estudo. Deveria produzir textos de sínteses sobre a economia rural no Ocidente Medieval, do séc. VIII ao XV, de toda a Europa.

Duby fora incitado a sair do acanhamento, a desdobrar-se, como gosta de declarar. Para isso, contaria apenas com recursos de sua própria experiência intelectual, com aquilo que aprendera na produção de sua tese, na qual explorou uma área bastante restrita (Mâcon). Entretanto, contaria para este trabalho com o resultado dos trabalhos de seus antecessores e companheiros, sendo pertinente organizá-los, traçar perspectivas e compor um panorama e dar sua contribuição. Por exigência sua, esta empresa historiográfica não ficaria limitada à área econômica, que considerava base necessária, mas também deveria estender-se às relações sociais, que a economia parcialmente determinava.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Na França, os geógrafos favoreceram o conhecimento da vida rural no período citado, um contributo talvez mais rico do que o dos historiadores *stricto sensu*.

<sup>7</sup> Blanchard, Rauol. Geógrafo francês, diretor do *L' intitut de gèographie alpine*, foi colaborador na produção da obra *La géographie universelle*, com Vidal de La Blanche e Gallois.

<sup>8</sup> Nesta etapa do itinerário científico de Duby, temos a influência do pensamento marxista agindo de maneira contundente sobre a maneira do autor refletir o passado, e começa a se esboçar sua postura frente às distorções que a prática política enfaixava o marxismo, mantendo-se reticente ante o abuso do determinismo. No terceiro capítulo trata-se precisamente da relação do autor com o pensamento marxista.

Esta obra deveria ficar sem conclusão, aberta, pois a considerava uma síntese imperfeita, mesmo lacunar, tendo consciência de suas fraquezas, em certos pontos, e da fragilidade de algumas de suas deduções sobre a evolução da produção na sociedade feudal. Para feitura deste trabalho, que sofreu críticas de um historiador inglês de Oxford, que atentou para a possibilidade do autor não ter lido tudo, [certamente a crítica seria devido aos comentários elogiosos de Duby aos economistas de Cambridge], foram citadas seiscentas sessenta e seis publicações, em cinco línguas, no dizer de Duby, “*um trabalho de mouro*”. (Duby, 1993, p.72.)

Subverter as relações entre a história econômica e a das sociedades teve um peso considerável na obra de Duby, pois esta postura servirá de marco em toda sua obra. Desta forma, é que se inicia a construção de um espaço histórico, com a pretensão de ser apresentado, na medida do possível, totalizante, esclarecedor das variadas dimensões das atividades humanas em uma estrutura social. A subversão tem o sentido de definir um espaço próprio de pesquisa, traçando a distinção e a complementaridade entre história econômica e social.

A postura intelectual ousada de Duby, isto é, de sempre ir além no conhecimento do homem no seu meio social, no qual se sucedem dimensões variadas da atividade humana, abrindo novos espaços, é influência de Marc Bloch e Lucien Febvre, retomada a partir dos anos 60, quando Duby se empenha em promover uma aliança entre a história das mentalidades e a história social. Esta última se enriqueceria, assimilando os objetos que a história das mentalidades decide trabalhar. Em troca, as mentalidades atentariam com maior atenção analítica para o elemento social, que faltaria em suas abordagens puramente psicologizadas, dos comportamentos coletivos. Duby considera-se filho da Escola dos Annales ao acordar com os fundadores quanto ao caráter sintético da história social.

A história social dos Annales, mais precisamente aquela feita pelos dos fundadores, Lucien Febvre e Marc Bloch, cuja principal característica foi ter proposto um programa de colaboração entre as Ciências Sociais, para o estudo do

objeto comum a todas, o homem em sociedade, foi por sua vez inspirada no espírito de síntese que alimentava as propostas intelectuais de Henri Berr e o Cento Internacional de Síntese, em Paris.

A história social é vista por Duby como síntese, devendo integrar os resultados da história demográfica, da econômica, da história do poder, da história das mentalidades, etc. Temos, dessa maneira, a história social lançada em rota de convergência de uma história da civilização material e de uma história das mentalidades coletivas. Duby esboça três princípios metodológicos para alcançar tal finalidade:

**O primeiro** princípio: *o homem em sociedade constitui objeto final da pesquisa histórica*: somente por necessidade de análise se dissociam os fatores econômicos, dos políticos ou dos mentais:

“(...) a historia das sociedades deve, sem dúvida primeiro e por comodidade da pesquisa, considerar os fenômenos a distintos níveis de análise. Que ela deixe, entretanto, de se considerar a seguidora de uma história da civilização material, de uma história de poder, ou de uma história de mentalidades. Sua vocação própria é a da síntese. Cumpre-lhe recolher todos os resultados das pesquisas efetuadas, simultaneamente, em todos os domínios – e reuni-los na unidade de uma visão global.” (Duby apud Cardoso, 1971, p.4.).

**O segundo** princípio dedica-se a descobrir, no seio de uma globalidade, as “*verdadeiras articulações*”, isto é, as vinculações importantes, as relações significativas dentro da complexidade que apresenta a totalidade de uma sociedade:

O historiador deve assumir como objetivo final de seu trabalho essa reunião e correlação dos fragmentos dispersos, para restabelecer a complexidade da realidade e evitar, assim, qualquer forma de mecanicismo causal. (...) preocupação constante de estar sempre ligando os novos continentes do saber histórico aos antigos, impedindo assim a deriva de objetos que, como isolados biológicos, se apresentam destacados de qualquer conexão. (Dosse, 2001, p.102.)

O **terceiro** princípio atenta para a *“irreducibilidade dos distintos níveis”*, no estudo das sociedades, e para a *problematização da duração dos diferentes ritmos que afetam cada nível da vida social*. Duby esclarece:

“Porém a pesquisa das articulações evidencia, desde o início, que cada força atuante, embora dependa do movimento de todas as demais, tem a animá-la, no entanto, um impulso que lhe é peculiar. Ainda que não estejam de modo algum justapostas, mas intimamente vinculadas em um sistema de indissociável coerência, cada uma se desenvolve no interior de uma duração relativamente autônoma; esta última está animada, além disto, nos distintos níveis de temporalidade, por uma efervescência de acontecimentos, por amplos movimentos de conjuntura e por ondulações ainda mais profundas, caracterizadas por ritmos muito mais lentos.” (Duby apud Cardoso, 1971, p.4.).

A prática metodológica utilizada por Duby, na história social, merece uma apreciação do contexto sócio-político da década de sessenta na França, pois esta propicia importantes contribuições para o fazer historiográfico do autor.

Aquele momento histórico, na França dos anos 60, era favorável ao estudo da Idade Média, pois ganhava gosto o estudo pelas coisas da terra, acelerava-se a demolição do que restava da civilização tradicional francesa. A descolonização marcava a “volta para casa” dos etnólogos.

Esses intelectuais trouxeram propostas teóricas desenvolvidas em estudos sobre sociedades aparentemente “frias”, sem história, presas a uma duração redonda, cíclica, “exóticas” e distantes. Os etnólogos levavam em consideração conceitos como o de reciprocidade, ou de redistribuição, gratuidade etc., e mostravam a força da resistência dessas sociedades pela permanência de suas estruturas sociais e de seus valores sociais, que pareciam irreduzíveis ao modelo ocidental de civilização. Os etnólogos promoveram profundas modificações nas análises dos historiadores, principalmente dos que cuidavam de estudos de épocas distantes.

A outra contribuição foi descoberta como uma verdade no espaço, não mais somente temporal, relativizando o eurocentrismo. Os etnólogos, em casa,

descobrem as colônias internas do mundo ocidental, verdadeiros quebra-mares de resistências às mudanças. São criados na França os primeiros conservatórios de “artes e tradições populares” e a “cultura material” passa a ser estudada, pesquisada tanto quanto o monumental. Era momento de ir à Polônia conhecer os métodos de pesquisa desenvolvidos pelo Instituto de História da Cultura Material.

Na França, o meio rural ganha campos de pesquisa, trata-se de encontrar os vestígios de um sistema de exploração e de um modo de vida cotidiano entre os escombros. Uma nova arqueologia começava a se expandir, preocupando-se, antes de tudo, com a “cultura material”. A Idade Média é campo privilegiado, principalmente quando a pretensão é compreender as primeiras etapas da vida econômica européia.

Desse modo, Duby mantém o fio condutor que tem origem na feitura de sua tese de doutoramento, que versa sobre o poderoso élan de crescimento que povoou a Europa e transformou sua paisagem; que se prosseguiu no trabalho de síntese, já referido, estimulado por Paul Lemerle. Em 1960, dirige com Daniel Faucher, a revista *Études rurales*, criada por Fernand Braudel, implantada no laboratório de antropologia social no Collège de France, dirigido por Claude Lévi-Strauss. A finalidade maior deste periódico era unir geógrafos e historiadores e também antropólogos, agrônomos, sociólogos e economistas no imenso domínio que é o dos campos e campesinatos do mundo.

Nesta década, Duby trabalha para as coleções de história econômica na França e para a *World Economic History*, sob a direção de Charles Wilson, escrevendo sobre os camponeses na Idade Média, levando em conta a economia de trocas, que o leva a um período bastante espaçoso do séc.VII, indo ao séc. XII, onde situa a grande inflexão, o verdadeiro início do crescimento que povoou a Europa e transformou sua paisagens, porém as primeiros sinais de uma retomada do crescimento econômico estão no séc. VII.

Era imperioso acompanhar e definir o papel da moeda, do comércio e das cidades no contexto da economia rural medieval, que, no princípio,

subalterna, após o ano mil, ganha uma vitalidade exuberante. Outro ponto estudado por Duby, deste período, foi a canalização das riquezas produzidas para as residências senhoriais, através do sistema fiscal senhorial e as conseqüências daí advindas, tais como o gosto pelo luxo e pelo gasto, que prepara as grandes transformações dos tempos dos mosteiros aos tempos das catedrais e ao fortalecimento do Estado monárquico. Em síntese, o trânsito do espírito de generosidade, da gratuidade ao espírito de lucro. Este trabalho de Duby na França tem o título de *Guerriers et Paysans* (Guerreiros e Camponeses) data 1973, e sua arquitetura repousa quase que inteiramente nos conceitos de classes e de relações de produção.

Esta etapa da obra de Duby, que se segue imediatamente após a realização da tese sobre Mâcon, pode ser identificada a partir de *L'économie rurale et la vie des campagnes dans l'Occident Medieval*, em 1958 e *Guerriers et Paysans*, cuja produção cuida principalmente da história econômica. É nesta fase que a influência marxista agiu fortemente sobre a maneira do autor refletir sobre o passado.

O caminho percorrido por Duby, desde que faz a opção por subverter as relações entre a história econômica e a das sociedades, iniciando a construção de um espaço histórico com a pretensão de ser o mais possível totalizante, inicia-se na história social e vai até o estudo do imaginário, ou seja, das estruturas sociais às atitudes e representações coletivas, sem menosprezar as estruturas econômicas.

O historiador Georges Duby se declarava um historiador das mentalidades e marxista, pelo menos nos compromissos. A postura do historiador pode ser analisada em face das muitas questões que se põem atualmente, por exemplo: a história das mentalidades é antimarxista? Se não o é, quais as causas que possibilitaram este modo de pensar? E quais as possibilidades de uma congruência entre os estudos de ideologia e das mentalidades?

Para responder a estes questionamentos, é necessário, em primeiro lugar, um esclarecimento sobre ideologia e mentalidades, que não são a única e

mesma coisa. Michel Vovelle chama atenção para a coexistência desses dois conceitos dentro de um mesmo campo: além de serem conceitos rivais, são herdeiros de duas correntes de pensamento diferentes, daí ser difícil um ajustamento, mas se tem uma área real de superposição desses campos de estudo.

O conceito de ideologia, entendido à moda marxista, isto é, na perspectiva de dominação de classe, foi longamente elaborado e amadurecido. É herdeiro de um modo de pensar mais sistemático, para tanto pode se ir de Marx a Althusser, embora a última palavra sobre este conceito se encontre longe de ser dita. O conceito de mentalidade, ou melhor dizendo, a noção de mentalidades, segundo Vovelle, “*é reflexo conceitual de uma prática ou de descoberta progressiva*” (Vovelle, 1985, p. 17). Disto, temos o conceito mentalidade como herdeiro de um modo de pensar voluntariamente empírico, mais abrangente, que integra o que não está formulado, que permanece como “não significante”. Por estes aspectos, o conceito de mentalidades se apresenta mais amplo que o de ideologia e, se distingue dos outros registros da história por se propagar em “um tempo mais longo”, remetendo-se, de modo privilegiado, à lembrança, à memória, às formas de resistências. Aponta para o que se define como “a força de inércia das estruturas mentais”, embora esta definição seja passível de levantar vários tipos de interpretações ou hipóteses de trabalho. O conceito de ideologia, de um modo geral, aponta para o estudo da relação imaginária dos homens com as condições reais de existência, para o estudo de práticas e comportamentos conscientes ou inconscientes.

A área de superposição desses dois conceitos é indiscutível, mas não deixa de criar divergências. Assim temos, por um lado, as mentalidades que se inserem sem muito esforço no campo do ideológico e por outro lado, a ideologia, no sentido restrito do termo, que seria um nível no campo das mentalidades. Entende-se que esse nível seja o da tomada de consciência ou de formatação do pensamento claro.

As duas apreciações são reducionistas e não são satisfatórios para um esclarecimento quanto aos questionamentos que se verifica. Surge um terceiro

posicionamento em face do reducionismo das duas proposições iniciais, que contêm mal-entendidos fundamentais, mas cuja aspiração primeira é livrar a ideologia de ser um conceito restrito ao campo excessivamente marxista. Esta postura passa a ser observada claramente com o crescimento e importância da historiografia que privilegia as estruturas ideológicas nos países liberais, particularmente a França, nos últimos decênios, tendo como preocupação coletiva de pesquisa o “terceiro nível” da estrutura social, para usar a expressão com que Vovelle se referia às mentalidades. Nesta nova postura historiográfica, não há hierarquização entre infra-estrutura econômica, estruturas políticas e superestruturas ideológicas.

Nestes termos, temos a noção de mentalidade mais flexível, desembaraçada da conotação ideológica marxista, mas não se podendo afirmar categoricamente, por mais que se anuncie que esteja esta noção livre de conotação ideológica. O problema aqui observado, quanto à postura assumida por uma parte dos historiadores das mentalidades, principalmente quanto à calibragem da autonomia do mental em uma sociedade, pode e deve ser explicado por uma perspectiva histórica.

A postura assumida por uma parte dos primeiros Annales, neste caso, pode-se citar Lucien Febvre, procurava manter a ênfase sobre a trilogia economia-sociedade-civilização. Este último termo abrindo-se para o superestrutural, e a ênfase de Braudel sobre a importância da mediação social, em seu livro “Civilização material e Capitalismo”, não comprometem a existência de uma preocupação em diferenciar-se de uma história marxista tida como fechada nos esquemas dogmáticos de um reducionismo sócio-econômico. Deve-se observar que, se Braudel não afirma a autonomia do mental, pelo menos chama a atenção para a originalidade dos ritmos ao quais o mesmo se subordina, segundo a análise de Vovelle.

O quadro atual nos mostra que muitos historiadores franceses que hoje trabalham com a história das mentalidades, e vieram da história social, não a repudiaram, mas é grande o número de especialistas, nos dois lados do Atlântico,

que procuram se desvencilhar de uma série de amarras, de verificações que se impõem quando não se quer dar uma autonomia ao mental. Esses historiadores das mentalidades, embora estejam preparados para todas as tentações da psico-história, acentuam uma parte dos traços que se destacam, para sublinhar a autonomia do mental.

Os esclarecimentos e as preocupações apontadas pelos estudos de Michel Vovelle estão, em grande parte, em conformidade com a postura de Duby. Desta forma, é conveniente traçar a trajetória deste historiador que utiliza o aparato conceitual marxista e dos Annales, ao aproximar o estudo das ideologias do estudo das mentalidades, promovendo o estudo do imaginário, não como mais um aspecto das representações sociais, mas como um objeto da história, que tem como base conceitual a história das mentalidades, sendo um aprimoramento deste estudo.

O conceito de ideologia utilizado por Duby, como foi citado neste trabalho, é extraído de Althusser, sendo um dos conceitos fundamentais da leitura althusseriana de Marx. A partir desse conceito, Duby vincula o estudo das mentalidades ao das ideologias, promovendo uma síntese, amalgamando elementos conceitos da tradição ou do que vem a se chamar “espírito” dos Annales e da tradição marxista. Para o estudo da sociedade medieval, e importa dizer que no transporte desses conceitos para a Idade Média, estes sofreram uma revisão, um “contorno”. A tradição marxista que é levada para épocas tão longínquas, é uma tradição que pode se dizer original, na medida que o historiador não leva ao limite uma leitura ou uma apreensão, digamos, ortodoxa dos conceitos e do pensamento de Marx.

Duby é um historiador que se enquadra na linha de sucessão do pensamento dos Annales e promove o encontro, a confluência de uma forma prática atesta isso o estudo realizado em seu livro “**As três ordens**”, que é exemplo desse encontro entre a história das mentalidades que tem origem com Marc Bloch e Lucien Febvre, com o marxismo. Este movimento de aproximação entre o fazer historiográfico dos Annales e o marxismo se estabelece através de

Althusser, mas não se pode omitir que o êxito somente foi possível devido ao ecletismo teórico e à ousadia de Duby de lançar olhares por sobre as fronteiras.

Duby, em suas últimas obras, se mostra particularmente atento em manter unidas as duas pontas da cadeia, desde o social ao mental, mantendo-se aberto às confrontações. Esta preocupação foi compartilhada com Mandrou. Duby inicia seus estudos tendo como objeto “as mentalidades”, sendo o arcabouço teórico-metodológico, sobre a maneira com qual deveria ser empreendido o estudo desse objeto, resultado de trabalho conjunto desses historiadores.

No seu fazer historiográfico, a ideologia ou ideologias não são um simples setor de traços de mentalidades. Para melhor ajustar uma conciliação entre os dois conceitos, pois o historiador das mentalidades constantemente encontra pelo seu caminho estruturas ideológicas que resistem em permanecer e aparentam estar deslocadas de contextos, como que restos de formulações ideológicas anteriores, discrepantes da realidade de uma época, por isto podem ser confundidas com estruturas ociosas.

Duby atesta, em suas últimas obras, principalmente na **As três ordens**, a dinâmica própria das ideologias, quando estuda o seu caráter estabilizador, suas resistências às mudanças, devido, quase sempre, a estarem a serviço de determinados interesses e propensas à defesa do *status quo* de setores sociais. Mesmo quando se apresentam revolucionárias, têm seus sustentáculos composto de tradições. A inércia natural desses sistemas de representações, sua diferente temporalidade com as condições reais de existência, não permitem análises que as qualifiquem de estruturas ociosas. As mentalidades, quando se norteiam por uma suposta autonomia do mental, têm encontrado em seus estudos o que erroneamente se qualifica de restos de ideologias mortas, que são, em verdade, lembranças que resistem, identidades preservadas quando se atenta para a relação especificamente do tempo das representações mentais e o da História.

A recusa de Duby de fazer uma história onde fosse característica um *geistgeschichte* sem amarras, o coloca fora do ponto onde se fixa a maior

incompatibilidade entre o conceito de ideologia e de mentalidades, isto é, quando se afirma uma autonomia do mental e de sua irreducibilidade ao econômico e ao social. Uma outra “recusa” do historiador, que fortalece esta postura, é quanto à sua não aceitação do conceito de “inconsciente coletivo”, que se impregna de extrapolações do domínio da psicanálise, que pode ser operacional ao nível de individualidade, mas se torna problemático ao nível de uma sociedade, quando se tem por objetivo verificar o que a faz evoluir.

A utilização do conceito de “imaginário coletivo”, o deixa mais liberto da influência psicanalítica, porém não a renegando, mas podendo operar também com a abordagem antropológica. Temos, desse modo, a presença de Freud, principalmente a importância do desejo, nas ações sociais e nas relações com o poder, e de Levi-Strauss, como início de uma influência antropológica marcante.

A postura de Duby, como historiador das mentalidades, mantém a consciência de uma continuidade que se faz presente no propósito de manter o controle das duas pontas da cadeia: a história das estruturas e a história das atitudes mais elaboradas. Com base neste procedimento, o estudo das mentalidades torna-se um alargamento no campo de pesquisa, um prolongamento natural, a ponta fina de toda a história social, onde se desafia todas as reduções mecanicistas, enfrentando o “entrelaçamento do tempo da História”, onde se constata a “força da inércia das estruturas mentais”.

As contradições entre o estudo das ideologias e mentalidades se diluem, quando esta última é vista como o estudo das mediações e da relação dialética entre as condições objetivas da vida dos homens e a maneira com a qual a narram e mesmo a vivem.

## 2- MENTALIDADES: DA HERANÇA DOS ANNALES A UMA NOVA CONTRIBUIÇÃO

A influência exercida por Lucien Febvre e Marc Bloch abria o caminho a ser percorrido por Duby, rumo à história das mentalidades. Desde o final da década de 50, conjuntamente com Robert Mandrou, e sob os incitamentos de Claude Levi-Strauss, que na época escrevia sobre os historiadores: *O historiador sabe, cada vez mais, que deve se socorrer de todo o aparelho de elaboração inconsciente.* (Levi-Strauss apud, Duby, 1991.p.84), Duby lança-se a empreender a história das mentalidades. Neste capítulo, procura-se verificar, principalmente, a herança acolhida por Duby da escola dos *Annales* e procura-se mostrar os pressupostos teóricos-metodológicos que alicerçam o estudo das “*mentalidades*” nessa Escola. Quanto à influência antropológica, será verificado no último capítulo desse estudo, de uma forma mais específica.

O contributo de Marc Bloch, através da estimulação de seus escritos, das suas resenhas e notas críticas, que inundavam a revista *Annales d'histoire économique et sociale*, de seus livros como *La Société féodale* ou como *Les Caractères originaux...*, consiste na afirmação de que a história social não é simples apêndice da história econômica, sendo útil se estudar uma sociedade antiga por si mesma. É marcante para Duby a maneira de Bloch escrever, sua

audácia em ir buscar uma compreensão do comportamento dos guerreiros do séc. XII, estudando a literatura que os divertia, as canções, os romances de cavalaria, que propunham, através da ideologia, os modelos de comportamentos. São pistas que levam a adentrar, a penetrar nas estruturas mais profundas de uma cultura.

A audácia de Bloch é a herança que Duby acolhe, e que mais tarde, influenciado pelo trabalho dos etnólogos e o conhecimento de outras áreas de estudo, irão ser contributos para uma maior compreensão de uma sociedade. Da obra “*Os Reis Taumaturgos*”, de Bloch, sai um dos campos mais fecundos da obra de Duby, o estudo sobre as atitudes mentais, os sistemas de valores, que serão trilhas a serem percorridas.

Enquanto Bloch exortava o autor a considerar a “atmosfera mental”, “Lucien Febvre exortava-o a escrever a história das “sensibilidades”, dos odores, dos temores, dos sistemas de valores (...) (Duby,1993,p.86). Duby passa a interessar-se por uma história largamente receptiva aos fenômenos culturais, uma história “total”, ou por uma história compacta, que se afasta dos acidentes de superfície, que são os acontecimentos, indo sondar a espessura, a profundidade, insinuando-se nos ritmos de longuíssima duração. O historiador deve olhar em direção às bases, em direção às camadas mais estáveis da sociedade. Não se fará uma história intensamente satisfatória, enquanto não se tiver feito a história da honra, do pão, do suicídio etc. e Duby justifica este posicionamento, consciente da impossibilidade de se atingir tantos objetos, pois muitos simplesmente não deixaram vestígios. Mas é desejo do historiador, proporcional a sua frustração. Para este, história é relação, deve-se entender o jogo das relações possíveis e pertinentes entre os objetos.

Febvre, em seu livro “*A religião de Rabelais*”, demonstra magnificamente que cada época tem sua própria visão de mundo, e as maneiras de pensar e de sentir têm historicidade e, neste ponto, o historiador tem que se precaver, pois não deve cometer o erro de deixar que suas maneiras de pensar interfiram nesta apreensão, sob pena de nada compreender sobre a época que pretende fazer seu objeto de estudo.

O “convite” de Febvre era um novo objeto de estudo, as “*mentalidades*”. Tendo como um de seus objetivos criticar os anacronismos, pois as “*mentalidades*” estabelecem não uma proximidade, mas, uma distância com o passado. Só se podem estudar os homens do séc. XVI pelos homens do séc. XVI. Não se pode estudá-los a partir de nós mesmos, pois somos completamente diferentes deles. Esta observação de Febvre está no centro da crítica ao anacronismo.

Na sua obra “*A religião de Rabelais*”, onde ele estuda o problema da descrença no séc. XVI, fazendo uma história profunda, observando a longa duração das idéias, dos sentimentos e das crenças, Febvre destrói o mito anacrônico de um Rabelais livre pensador. Para Lucien Febvre, os homens do passado devem ser estranhados, percebidos à distância em relação a quem os observa, somente através de outros homens que viveram seu tempo é que se pode defini-los, interpretá-los, que se pode pensá-los em sua especificidade. Esta postura tem uma certa proximidade com o romantismo do final do séc. XIX, com sua preocupação em estabelecer uma análise do passado pelo passado e não a partir de valores do presente, embora só se estude o passado a partir das questões, dos problemas e interrogações que se tem ou se fazem do presente.

O estudo das *mentalidades*, desde os primórdios dos Annales, passa a ser verdadeiramente um legítimo objeto de investigação histórica, embora não fossem os primeiros a se dedicarem aos estudos de sentimentos, crenças e costumes na historiografia ocidental. Temos grandes autores anteriores, tais como Michelet, Georges Lefèvre, na França, e fora desta não se pode esquecer do grande historiador holandês Johan Huizinga e de Nibert Elias, sociólogo e historiador alemão que, ao publicar, em 1939, o seu “*O processo civilizador*”, antecipa-se a Foucault em décadas, ao tratar sobre a sociedade de corte e o surgimento da etiqueta na Europa moderna. Os estudos dos pioneiros dos Annales estavam condicionados a uma perspectiva globalizante e sintética de uma história social.

É oportuno discorrer sobre a noção que se tinha de *mentalidades*, nesse primeiro momento, na escola dos Annales, tomando por referência as obras de Bloch e de Lucien Febvre, que foram influenciadas por uma psicologia com um referencial coletivista, cujas pretensões eram identificar as emoções, as formas de pensamentos, as afetividades coletivas. A psicologia, neste momento, apresentava-se como uma nova e promissora área de conhecimento, promovendo um debate e uma expectativa em relação às possibilidades de conhecimento das ações humanas.

A tradição dos Annales está basicamente fundamentada nas possibilidades de conhecimento que a psicologia apontava, haja vista a orientação que as pesquisas nessa área tomavam na Europa ocidental, e também na Rússia, dedicando-se ao estudo das individualidades, dos comportamentos e da vida afetiva. O avanço nessa área de conhecimento criou uma expectativa enorme nos historiadores, que viam nos estudos da psicologia um substrato das ações humanas, que possibilitavam explicações dos atos humanos a partir do mapeamento promovido por tais estudos, quanto às razões afetivas, a subjetividade, as emoções.

O estudo das *mentalidades* na escola dos Annales, até a atualidade, é marcado pela herança da relação entre a psicologia e a História, e tem em Lucien Febvre o principal articulador, não só devido à repercussão na linhagem de historiadores a que deu origem, mas também pela sua postura diante dos avanços alcançados pela psicologia. Esta postura de Febvre pode ser elucidada pelo fato deste ser bastante diltheyano<sup>9</sup>: quer ainda reviver as épocas passadas, com o propósito de reconstituição de uma totalidade, dando grande importância à psicologia: *se se quer encontrar antecedentes teóricos para Febvre, não é em Marx e nem Durkheim que se deve evocar, mas Dilthey, um dos fundadores da hermenêutica moderna (...)*. (Noiriel apud Reis, 1989, p. 1442 – 1443). Quanto a Marc Bloch, por sua vez, pode ser considerado como um continuador do êxito da

sociologia durkheimiana. Embora seus trabalhos tragam a influência dos estudos da psicologia, esta relação intelectual não foi amplamente desenvolvida, permanecendo mais próximo da teoria durkheimiana das representações sociais.

Considerando as obras desses dois historiadores, é possível estabelecer algumas distinções entre seus pensamentos. *Enquanto Febvre dá lugar à consciência, Bloch progressivamente enfatiza a estrutura material dentro da qual a consciência se exprime. Bloch ligado à tradição metódica e durkheimiana<sup>10</sup> e Febvre, à tradição hermenêutica e diltheyana.* (Iggers, 1984, p.55.). A influência e a proximidade da psicologia é tão forte em Febvre que Wallerstein chama a linhagem a que este deu origem, de subjetivista e a criada por Marc Bloch, de objetivista.

Seguindo as lições de Lucien Febvre, sobre o caminho para se empreender a história das mentalidades, e com o acompanhamento de Robert Mandrou, Duby lança-se, desde o final da década de 50, ao estudo do que se chamou história das “*mentalidades*”. Este termo, segundo Duby, não dá conta da abrangência do que se pretende estudar. O conceito de mentalidade é um conceito que tem sua origem na linguagem comum, sendo um termo da linguagem ordinária, se referindo a comportamentos, a sistemas de atitudes e visões de mundo. Em verdade expressa apenas aquilo que condiciona, que determina os comportamentos, as formas de compreensão do mundo, os sistemas de atitudes principalmente coletivos.

No vocabulário científico; pode-se estabelecer dois pontos de referência no interior das ciências humanas: No primeiro campo das ciências humanas, o termo mentalidades foi utilizado pela etnologia como noção de uma realidade socio-histórica. A exemplo de Lucien Lévy-Bruhl, em sua obra “*Mentalidade primitiva*”, de 1922, sendo que sua principal contribuição diz

---

<sup>9</sup> Dilthey afirmava que não há hierarquia entre os níveis sociais. Toda época teria seu “horizonte vital”, não haveria uma atividade determinante das outras. Febre também partirá desse princípio, o da reconstituição de uma totalidade (zusammennhang). (Reis, 2000, p.72).

<sup>10</sup> A influência do pensamento durkheimiano na historiografia francesa é relevante. “Émile Durkheim, com sua rejeição das explicações psicológicas para a mudança social, em detrimento do estudo dos “fatos

respeito ao mapeamento ou à identificação das representações das sociedades primitivas, comparando-as com as sociedades complexas. Para este autor, a forma de comportamento das primeiras é exclusivamente condicionada pelas representações coletivas que eram pré-lógicas, e pelas emoções, enquanto as sociedades complexas possuem como horizonte das representações sociais o pensamento lógico. Mentalidades, do ponto de vista da etnologia, se referem ao funcionamento dos comportamentos culturais dominados por pensamentos emocionais, ou seja, pré-lógicos.

O segundo campo de conhecimento a utilizar este termo, é a psicologia, tendo como seus principais representantes Charles Brondele, com sua obra “*Mentalidade Primitiva*”, de 1926, e Henri Wallon, com “*A mentalidade primitiva e a da criança*”, de 1928.

A noção de mentalidades tem, pois, a sua inserção nas ciências humanas através da etnologia e da psicologia e se transforma em uma idéia que quer exprimir formas de pensamentos que são determinados por uma estrutura pré-lógica. Em síntese, a noção de mentalidades seria sinônimo de formas de sentir ou de sensibilidade, e, neste primeiro momento, já é percebida uma preocupação em identificar os comportamentos coletivos e não individuais.

Vai mais além, para junto das forças que não se situam nas coisas, mas na idéia que delas se tem, e que na realidade comandam, de uma forma imperativa, a organização e o destino dos povos. O estudo desses sistemas de representações, que não devem estar desassociados do estudo da materialidade, ou seja, dos demais níveis estruturais de uma formação social, deve ser conduzido de forma a não se estabelecer uma lógica de determinação das condições materiais nem se dar uma ênfase excessiva ao imaterial, favorecendo um desvio para uma *Geistesgeschichte* sem amarras. Duby faz esta crítica principalmente a certas interpretações economicistas lineares e mecânicas de certos historiadores, esclarecendo sua opinião quanto a essa conduta:

---

sociais”, e sua crença de que a objetividade era alcançável através do tratamento destes como “coisas”.” (Bottomore, 1996, p.363.).

“Foram levados a se afastar do concreto, às vezes, a atribuir às estruturas mentais uma autonomia demasiado ampla em relação às estruturas materiais que as determinam, assim fazendo desviar-se, insensivelmente, a história das mentalidades para uma evolução semelhante à da *Geistesgeschichte*” (Duby, 1993, p.113.).

A posição de G. Duby era buscar o que, efetivamente, se passava nas cabeças e que não podem ser separadas de um corpo. Para ele, a validade da história das mentalidades, enquanto estudo dos traços deixados pelos homens do passado, através dos “julgamentos”, “crenças”, “conceitos”, embora pouco palpáveis, mas “reais”, somente atinge um objetivo se encarnada no sentido primeiro e mais forte da linguagem.

As *mentalidades* não são obviamente imóveis. Para compreender o processo de transmissão dessas representações mentais, deve-se levar em conta as formas de educação, dadas pela escola ou pela corte principesca. Para ajudar a descobrir o que as ajuda a se transformarem, as condutas que pretendiam justificar, o que tranquilizavam, em suma, tem-se que conhecer o concreto da existência no qual essas representações mentais se insinuam, se impõem, promovem modificações, distorcem a realidade.

Nesse ponto, não se deve perder de vista o que se denomina de “hegemonia” no contexto dos estudos marxistas, observando o fato de que a ideologia da classe dominante de uma sociedade vem a ser a ideologia dominante da sociedade em seu conjunto. Este fato não tira a importância da análise das diferenças profundas de mentalidades, segundo as distintas classes e camadas sociais. Essa preocupação comanda a investigação de Duby, no seu livro “**As três Ordens ou Imaginário do feudalismo**”, onde estuda a trajetória dessas imagens construídas e sua transformação em ideologias.

Quanto à transmissão dessas representações mentais em um determinado conjunto histórico-social, e nisso se pressupõe o estudo das influências, dos contatos, da propagação das idéias e correntes de pensamentos

Duby faz uma análise levando em consideração os três níveis de duração aludidos por Braudel.

Na curta duração, tempo que compreende as agitações, os tumultos, a efervescência de uma proclamação revolucionária, as emoções do momento, etc., as relações entre os indivíduos e os grupos se delineiam nesse espaço curto de tempo. Prestando-se atenção, algumas coisas são trazidas, revelam-se estruturas latentes nas relações sociais, pois o acontecimento tem seu enraizamento no estrutural. Em uma duração mais ou menos longa, de uma geração para outra, ou no curso de várias gerações, temos estabelecidas mudanças de costumes, diferenças de educação, modificações da linguagem, a evolução dos comportamentos as crenças compartilhadas etc. Por último, temos a longa duração, local privilegiado, pois tudo o que configura o quadro mental está contido nas formas de heranças culturais, sistemas de crenças e concepções de mundo, alguns modelos de comportamento.

Para que se possa atingir a tônica mental de uma fase ampla e esboçar sua peculiaridade mais característica, deve-se levar em consideração estes três ritmos. Duby ainda acrescenta um ritmo ainda mais lento, sendo esse onde se processam as modificações biológicas, condicionante último das estruturas mentais.

Analisando a postura do historiador, François Dosse esclarece:

A história das mentalidades, para Georges Duby, não é um meio de esquivar-se da história social, mas, ao contrário, um instrumento privilegiado para melhor construí-la, escrutando seu universo simbólico, permeado pelos conflitos subjacentes, implícitos, que a urdem. Assim como o geógrafo diante de uma carta geológica, o historiador deve então detectar as discordâncias, as lacunas, as discrepâncias entre realidade social e representações ideológicas e mentais que não evoluem segundo um ritmo sincrônico. Também aí se encontra a vontade de detectar incoerências no interior de uma totalidade complexa que anima esse novo terreno de trabalho decisivo do historiador. ( Dosse, 2001, pg. 105.)

O historiador das *mentalidades*, não raro, lança mão de estudar uma personagem, com o intuito de conhecimento de determinada fase histórica de uma sociedade. Para isso, tenta-se apartar de seus pensamentos individuais, pois não se interessa pelos indivíduos, mas não se pode isolar este indivíduo do corpo social em que está inserido, pois, por mentalidade entende-se o conjunto vago de imagens e certezas não conscientizadas, que se referem a todos os membros de um grupo. *Procura-se reconhecer este magma confuso de presunções herdadas ao qual se refere a cada momento, sem prestar atenção nele, mas sem tampouco expulsá-lo de seu espírito.* (Duby, 1991, p.91)

A biografia, na obra de Duby segue a tradição dos *Annales*<sup>11</sup>, pois esta não se baseia no critério da excepcionalidade, mas no critério da exemplaridade, cuja finalidade primeira é desvendar mecanismos do contexto social. O indivíduo é um pretexto para entender o coletivo, para entender a cultura, sendo, então, necessária a escolha de um personagem capaz de dar uma síntese, ou melhor, ser ele mesmo uma síntese do contexto social.

Um exemplo de tipo clássico de fazer historiográfico está na obra de Lucien Febvre quando faz uma biografia de Lutero. Este personagem é a síntese de um momento de transição, de inflexão na cultura alemã no séc. XVI, bastante forte para que seja possível observar, através de sua vida, elementos concretos do contexto social alemão do séc. XVI.

Este percurso também é evidente na obra de Duby, “**Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**”, que é escrita tendo como fonte biográfica principal um poema de vinte mil versos, onde o poeta interroga astuciosamente o escudeiro do marechal. Nesta obra, vemos o marechal lutar nos campos de torneios, beber com os amigos, chorar no infortúnio, cortejar as damas. O marechal é um personagem truculento, pretensioso, algo limitado, esperto, que passa na França grande parte de sua vida e é regente da Inglaterra.

---

<sup>11</sup> Le Goff, esclarece que a biografia histórica nova estuda as grandes personagens, esclarecendo-as pelas estruturas e estuda-as através de suas funções e seus papéis. (Le Goff, 1993, p.8).

Nesta obra, não há desvio do percurso traçado e proposto por Lucien Febvre, pois se trata de, através de um estudo biográfico, sondar mais profundamente o que é a sociedade feudal e saber mais sobre o cavaleiro comum e a cavalaria feudal. O tema verdadeiro desse estudo, portanto, não é o marechal, mas a cavalaria, seu ideal, os valores que ela afirmava respeitar. Mas, mediante esse caso concreto, Duby observa o funcionamento das engrenagens sociais com muito maior clareza que nos tratados e cartas. A obra de Duby se mantém no propósito de ser epígono de Febvre e Bloch, salvo quanto à forma, pois nesse estudo é marcante o caráter narrativo que Duby utiliza, caracterizando o seu estilo nos quadros da escrita micheletiana.

O caráter narrativo na produção historiográfica de Duby, sua evocação ao estatuto literário da história, não pode ser entendido apenas como uma herança direta e contundente dos fundadores da escola dos Annales. Entretanto, segundo suas próprias palavras, inspirou-se na parte hesitante da obra dos fundadores, o que ficou mais livre, que permitia maiores reflexões e de onde retirou dois grandes ensinamentos que marcarão toda a sua obra. Primeiro: o historiador não pode isolar-se, deixar de estar atento ao que acontece em outras disciplinas, e o resultado das pesquisas, que devem ser realizadas com todo o rigor necessário, não impõe a obrigatoriedade de ser escrito de maneira fria, pois o estilo deve agradar a todos e conquistar pelo encanto seus leitores.

A preocupação de Duby com os critérios literários da escrita da História remete ao tema da narrativa e seu reaparecimento ou um “retorno”, se foi possível à História romper com o caráter narrativo um dia. O certo é que esta questão é polêmica, mas é de fundamental importância na medida em que pode avaliar a sua repercussão na formação e no estágio atual da chamada “Escola dos Annales”.

Com a progressiva automização da História, entre os séc. XVI e XVIII, impõem-se pouco a pouco o conceito de *Die Geschichte*; a história no singular, a história em si, em contraposição à história cujo corolário é a concepção de Cícero, “*Magistrae Vitae*” ( mestra de vida ), muito mais ética que

política, permanecendo a distinção entre *res gestae* e história *rerum gestarum*. Dentro deste contexto, evidenciam-se as ações humanas no tempo, as características e fases do historiador e as condições da narrativa históricas realizadas.

A questão da narratividade não se colocava, o historiador se sobressaía, em relação aos seus predecessores, devido principalmente ao domínio da arte de exposição, o que não o eximia do compromisso com a verdade. A História se afirmava como *lux veratatis* ( luz de verdade) desde a época helenística até a época moderna. Em tal regime de historicidade, a história pertence claramente ao campo da retórica e tem por objetivo formar o cidadão, temos a história como “exemplo”, tema principal das lições de história.

A partir da segunda metade do séc. XVIII, inicia-se o abandono progressivo desses procedimentos.

A História não mais diferencia o *res gestae* do *rerum gestarum*, passando a ser processo e principalmente progresso. Com esta nova moldura conceitual, a História definir-se-á plenamente, segundo a fórmula de Droysen<sup>12</sup>, como acontecimento em si mesma, a história em si mesma é, por hipótese, *res gestae* e história *rerum gestarum*. Em um mesmo movimento, estão os acontecimentos e sua narração, pois a história fala por si mesma.

Para manter a qualidade do trabalho historiográfico, o historiador deveria se colocar diante da história, fazendo com que os silêncios do passado fossem quebrados através da narrativa. Como Michelet, o historiador não poderia desprezar o subjetivo, a individualidade, pois o homem, além de um corpo, tem um espírito que cria e sente diferentemente, em situações diferenciadas. O historiador deve escrever *a história daqueles que sofreram, trabalharam, definharam e morreram sem ter a possibilidade de descrever seus sofrimentos.* ( Michelet, 1842, p.8.)

---

<sup>12</sup>Droysen, Johann Gustav (1808-1884). Historiador, professor e político alemão. Teórico da ciência histórica, escreveu sobre história antiga e história moderna.

Entre a concepção retórica da História e a posição do historicismo, existem lugares para estados intermediários, como o caso de Fénelon, que propõe em sua obra, *“Projet d’un traité sur l’histoire (1716)*, uma produção historiográfica esboçada de acordo com sua própria concepção da história. Entretanto, inicia por ressaltar o tema ciceroniano, neste caso, mantendo o caráter exemplar da história e cita Horácio, passando rapidamente da retórica à poética, quando compara a história ao poema épico. Justifica o desvio pela poética pelo fato de levar em consideração o leitor, e é para este que o historiador deve fazer com que a história se aproxime do poema épico, desvelando as relações existentes e fazendo-o chegar a um desfecho.

Desta forma, o historiador afasta-se do erudito que não leva em consideração o público. Embora polêmica, a narrativa não foi proibida pela esta história-Geschichte, pois tinha a concepção que a História por si mesma é épica. O conceito de épico foi tomado de Ranke, pois, segundo ele, a história tem seu próprio *telos*, traz em si mesma começo e fim, sua visada e seu sentido. O fato de ser épica não comporta levar em consideração o leitor. Ao tornar-se disciplina, pretendendo daí para frente ser ciência positiva, objetiva, apoiada em fatos, desconfia da visão romântica e limita-se a dizer como as coisas acontecem (*wie es eigentlich gewesen*). Para isso, bastava consultar os arquivos. Nesta fase, a questão da narrativa não tinha que ser problematizada, esta se abrigava no *wie* (como), e a história convertera-se em conhecimento de si própria, segundo as teses de Ranke e de sua escola.

Paralelamente à afirmação e à ênfase da história-Geschichte com o marxismo, temos o endurecimento das ambições científicas e o crescimento radical do questionamento aos seus princípios nos séculos XIX e XX. À operosidade do historiador em acumular fatos e verificar as leis da história, e isto se revela num esquema que permite múltiplas variantes e adaptações, através das contribuições da sociologia e principalmente da economia. Esta última, principalmente através de François Simiand, em seu artigo “Método histórico e ciência social”, denunciando os “três ídolos da tribo dos historiadores”: “O ídolo

político”, isto é, o estudo dominante, ou pelo menos a preocupação com a história política; “O ídolo individual”, o hábito de conceber a História como uma história dos indivíduos e não como o estudo dos fatos; “O ídolo cronológico”, o costume de se perder em estudos de origem, em investigações de diversidades particulares, em prejuízo do estudo do tipo normal, determinando-o na sociedade e na época em que se encontra. As teses de Durkheim e Weber, embora divergentes, significam um rompimento e um novo olhar sobre o homem social. A repercussão das Ciências Sociais sobre a História no começo do século, em uma Europa que realizava uma mudança de perspectiva sobre a realidade social e histórica, promove mudanças e reflexões para uma readequação à nova realidade mundial. (Burguière, 1979).

A história social dos Annales representa uma destas variantes flexíveis e é dela que partiram críticas, que não foram as únicas neste período. A crítica que nos interessa, neste momento, é a da recusa dos Annales quanto à forma de história-narrativa política, *a histoire événementielle*, e podemos nos reportar aos sarcamos de Lucien Febvre, nos anos de 1930. Não se questionava era a questão narrativa. A crítica recaía sobre o historicismo de viés naturalista, com seu tipo de inteligibilidade “discursiva e explicativa”, que é em tudo idêntica à que se aplicava às “ciências naturais” ou “da matéria”, segundo Gusdorf, (1974, p.38)

O tema da narrativa histórica torna-se alvo das atenções dos historiadores, a partir da década de 1960, quando o pensamento de orientação estruturalista investe contra o “historicismo”<sup>13</sup> (Furet, s.d,p. 12), denunciando a apropriação pela tradição historiográfica ocidental dos mecanismos de naturalização, inerentes à narrativa. Dos primeiros Annales, pode se depreender as críticas à história tradicional quanto à obediência à causalidade cronológica, quanto ao procedimento descritivo, em oposição ao elemento analítico, que não mais condiziam com os exercícios historiográficos usuais propostos.

---

<sup>13</sup> O termo aqui especificado tem por intuito mostrar que neste contexto, tem um sentido depreciativo e polêmico, que adquiriu com os representantes do estruturalismo tais como: Barthes, Levi-Strauss e outros.

Esse tipo de crítica pode ser apreendida dos “escritos de combate” de Lucien Febvre e Marc Bloch e também dos textos metodológicos de Braudel, datados da década de 50, que, em sua expressão, compara o tipo de historiografia tradicional à espécie de “crônica de novo estilo”, (Braudel, 1978.p.46.) que adotava um empirismo ingênuo.

Na Escola dos Annales, são várias as maneiras e nuances com que os historiadores, durante as “gerações”, se opuseram à associação entre história e narrativa. Neste sentido procuraremos focalizar as considerações de Braudel e François Furet. Em Braudel, a preocupação é com a longa duração, ou mais precisamente, o reconhecimento de múltiplas temporalidades da história e as possibilidades de por em sua escrita todas as dimensões da espessura do tempo, sem abrir mão da descrição da concretude e do fenomênico. Sua obra “*O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II*” é um bom exemplo, dessa compreensão.

Na análise de Paul Ricoeur, está-se diante de uma narrativa indireta, apontando para o papel das *estruturas de transição estas construíram a obra em termos de uma quase-narrativa*: “*Por estruturas de transição*”, eu entendo todos os procedimentos de análises e exposição que com que fazem a obra deva ser lida de frente para trás e de trás para frente<sup>14</sup> (Ricoeur,1983 – 1985, v.1, p.290).

Por outro lado, François Furet acusa a história narrativa de ser uma forma específica da elaboração da ideologia ocidental da unidade de um sujeito coletivo-humanidade, estado ou civilização, em processo de um destino. Essa afirmação é proveniente de um processo crítico desencadeado por Lévi-Strauss (1962) e Barthes (1967).

Em qualquer perspectiva que esta crítica seja formulada, quer de teoria literária ou de uma perspectiva antropológica, desautoriza as pretensões de

---

<sup>14</sup> P. Ricoeur, 1983. Para este, existe, mesmo mínimo, entre história e narrativa, depende, ela mesma da hipótese principal, segundo a qual, não há meios de existir um tempo pensado fora da narrativa. Sobre Braudel,conclui: Braudel é um narrador, ele é um dramaturgo (...) pelo seu método analítico e disjuntivo, ele inventou um novo tipo de intriga.

realismo, objetividade ou neutralidade de todas as formas de representações miméticas, valendo-se dizer, realistas, tanto históricas quanto ficcionais. Todos produzem, mediante códigos e regras, uma imagem ordenada de um mundo supostamente real, segundo as tendências culturais dominantes. A pretensão crítica aqui é desmitologizar e dissociar a história dos procedimentos de narração. Antes de qualquer coisa, mostrar o parentesco com as estruturas e os efeitos de certo gênero literário novecentista.

Duby reivindica sem hesitação o estatuto literário da historiografia, ao mesmo tempo amplia-o em rigorosa categoria de análise:

“Penso, efetivamente, que um livro de história, que a história, enfim, é um gênero literário, um gênero que depende da ‘literatura de evasão – pelo menos em larguíssima medida. (...) Mas a diferença entre o romancista e o historiador é que o historiador é obrigado a ter em conta certo número de coisas que lhe impõem; ele preocupa-se com a ‘veracidade’, se quiser, talvez mais do que com a ‘realidade’ ”.(Duby, 1989, p.38.).

Duby assume a postura de um historiador aberto ao encontro da historiografia com a literatura. Sua prática, no entanto, tendo mesmo abandonado a crença em uma correspondência com a ‘realidade’ objetiva, não abre mão de produzir relatos verídicos, explorando as propriedades literárias da historiografia e admitindo abertamente a participação da imaginação em sua obra. Dizendo melhor, trata-se de uma construção imaginária, no sentido usado por Lucien Febvre, na apresentação do *Rabelais*, quando afirma que cada época fabrica mentalmente a sua própria representação do passado. Duby exprime esta postura:

Na verdade, estou convencido da inevitável subjetividade do discurso histórico; pelo menos, do meu, estou inteiramente convencido. Isso não quer dizer que eu faça tudo que posso para estar o mais perto possível a que se possa chamar ‘realidade’, relativamente a essa imaginária construção mental que é o nosso discurso.

E não invento, enfim invento, mas preocupo-me em fundamentar a minha intenção nas firmes bases, em edificar a partir de vestígios rigorosamente criticados, de testemunhos que estejam tão precisos, tão exato quanto possível. Mas é tudo.(Duby, 1989, p. 41.).

O discurso histórico para Duby é uma espécie de construção imaginária, mas torna-se necessário demarcar fronteiras entre o imaginário historiográfico e a ficção, pois é importante conciliar invenção e veracidade. Idéia de veracidade que Duby esclarece e reconhece, quando declara *a constância e a solidez dos pontos a que o nosso discurso se agarra, e o rigor a que o submetemos, em suma a crítica histórica, é isso que constitui o valor de nosso ofício.* (Duby, 1989, p.38.)

Quanto aos conceitos e aos modelos analíticos que conectam os vestígios e lhes atribuem sentidos, no interior de um quadro interpretativo, são normas da disciplina, pertencem ao domínio da conjuntura, são pensamentos teóricos que se validam através dos critérios interiores da disciplina. O intrínseco à natureza do texto historiográfico é o componente retórico, narrativo. É a narrativa que preenche os vazios deixados por tudo que se calou, os não-ditos, os silêncios, as falhas, nesses imensos buracos que a investigação histórica nunca será capaz de completar. É nestes pontos que a imaginação intervém.

Para Georges Duby, a demarcação de fronteira entre narrativa histórica e narrativa literária passa pela questão de ética. O historiador não deve falar daquilo de que não se tem certeza, deve perseguir uma cientificidade, estabelecendo alguns fatos verdadeiros, submetendo-os à crítica histórica. É neste procedimento que se encontra o valor do ofício de historiador.

“O historiador não chega a admitir, no fundo de si próprio, que aquilo que faz é, bem vistas as coisas, ciência. Daí essa nostalgia da cientificidade, esse desejo de estabelecer alguns “fatos verdadeiros”, que nos persegue, que nos faz dar o flanco, sem nos defendermos muito, aos ataques dos especialistas da erudição pequena e mesquinha. Mas é também, para o historiador, uma questão de *ética*. Uma moral que Dumézil ou Corbin respeitam como ninguém. Não falar daquilo de que não se tem certeza” (Duby, 1989, p.50.)

Aceitando os aconselhamentos de Febvre quanto ao estilo, Duby nos fala da forma de dizer, de expor que o historiador tem no espírito. E é esta ‘forma’ que intervém de maneira decisiva na relação entre o historiador e o seu

público de amadores (ouvintes e leitores). Pois escrever é um meio de implantar, através de artifícios literários, as discontinuidades, as fissuras existentes na história e que levam o leitor a sonhar. Ao seu modo, o historiador sonha por seu lado.

A afirmação última será analisada com o intuito de fornecer uma visão das influências que a Escola dos Annales acolheu e pesaram sobre o historiador, que sente a sua maneira de escrever influenciada pelas leituras dos livros de Bloch. Duby é um conquistador de novos espaços da história, é também um sedutor, pois seus textos esclarecem sem simplificar e transformam uma demonstração erudita em algo matizado de saber e prazer, que é a mais irresistível das seduções.

O “retorno” à biografia, nesta “terceira geração dos Annales”, não suscitou tantas controvérsias quanto o “retorno” da narrativa. Não houve dificuldades de assimilação, pois os Annales têm em sua tradição biógrafos de grande talento, como seu próprio fundador, L. Febvre. A biografia na obra de Duby, se pretendermos classificá-la quanto à forma, pode se dizer que seja uma prosopografia, segundo Giovanni Lévi, em seu artigo “Os Usos da Biografia” (in: Burke, 1989). Pois a história dos indivíduos visa reconstituir, através deles, o quadro social no qual eles atuaram.

Mesmo dentro de um quadro de coerência com a escola dos Annales, as críticas foram feitas, pois Duby se notabilizava por produzir uma história marcadamente econômico-social, se dedicava a fazer uma biografia que não deixava de ser uma aproximação com a historiografia tradicional, mas demonstra como é possível, com postura inovadora, tratar de assuntos que caracterizam um tipo de historiografia vista como retrógrada.

Essa postura inovadora, quanto ao trato com a historiografia tradicional, pode ser observada em sua obra sobre a batalha de *Bouvines*. Nesse trabalho, centrado sobre um acontecimento, Duby tece em torno do mesmo, uma história de longa duração, mostrando como e com que finalidades a memória de

Bouvines fora explorada com objetivos políticos, até os nossos dias. Para Duby, o acontecimento é revelador:

“O acontecimento, pelo que tem de excepcional, de sensacional, de perturbador, suscita um exame de relações críticas, uma proliferação de discursos. Nesses discursos superabundantes, nessa catadupa de palavras, dizem coisas que em geral são abafadas, das quais não se fala porque pertencem ao banal, ao quotidiano da vida, e de que ninguém, quando tudo corre bem, pensaria informar-nos. (...). O acontecimento é como uma pedra atirada ao charco, que faz remontar das profundezas uma espécie de fundo um pouco barrento, que faz aparecer o que ferve nos alicerces da vida.” (Duby, 1980, pg.56.)

As descrições da batalha de *Bouvines* permitem ao historiador, além da utilização da memória de uma batalha e a sua exploração, a serviço de vários interesses, ver melhor como se comportavam os guerreiros do séc. XIII nos campos de batalha. Sondar um pouco do que lhes ia à cabeça, as regras que obedeciam e as conveniências que eram obrigados a respeitar nos jogos militares, a que herói mítico procuravam imitar, e de que maneira estavam ajazados. Nesse seu trabalho, Duby esboça uma antropologia da guerra feudal.

Nesse ensaio, não é utilizada somente a crônica habitual, é também utilizada a biografia, principalmente de personagens que participaram diretamente do evento, pois se é sabedor que o personagem, por mais excepcional que seja, assume a condição comum de seus contemporâneos, partilha de seus comportamentos, de sua mentalidade, de suas representações do mundo. Recursos outros foram utilizados, tais como a busca do sentido que determinadas palavras assumiam no contexto da trama das batalhas, pois diferiam do sentido quando eram empregadas nas cartas ou inventários. Desta forma, o historiador procura um melhor entendimento da sociedade feudal, totalmente dominada pelos atos e a cultura dos homens de guerra. Duby esclarece quanto a seus propósitos:

“Eu procurava igualmente captar o comportamento daqueles rapazes e homens mais maduros, às vezes já incapacitados, que, vociferando, morrendo de sede, enceguedidos pela poeira do terreno pisoteado, agitaram-se como condenados em suas couraças, naquele dia de verão. De que instrumental dispunham? Que gestos faziam, manejando suas armas, conduzindo suas montarias? Eu tentava inclusive penetrar em suas consciências. Que pretendiam? Em que momento a alegria que do início do combate fazia do combate uma festa evoluíra para a exasperação da violência, transformando-se num prazer furioso, (...). Tinham medo os cavaleiros? E de quê? (...). Que entendiam precisamente por proeza, lealdade? Onde se situava, para eles, o ponto de honra? (Duby, 1994, p.111.)”.

A obra **Domingo de Bouvines** passa a ser considerada uma obra prima da nova história factual: Jacques Revel acrescenta que *o acontecimento agora permite ler o imaginário de uma sociedade para a qual ele desempenha, ao mesmo tempo, o papel de memória e o de mito.* (Revel, apud Le Goff, 1993, p.7.)

O retorno à política ou à história política, na “terceira geração” dos Annales, é visto como uma reação contra Braudel e também contra outras formas de determinismos, principalmente o “economicismo” marxista. Esta afirmação é válida quando se leva em consideração que o momento historiográfico se caracteriza por dar maior importância ao agir em oposição à estrutura.

A história política encontra-se, e isso é certo, em via de uma renovação. Esta conclusão é tirada por J. Julliard (1974) e por René Rémond, que fazem uma análise dessa renovação, promovida pelo contacto com outras disciplinas, e sobre as particularidades dessa história. *Ciência-encruzilhada, a pluridisciplinaridade é para ela como o ar de que precisa para respirar.* (Rémond, 1988, p.29.)

Observa-se que, nos anos sessenta, ocorre uma grande transformação nos padrões comportamentais, nos padrões de valores culturais que, de certa forma possibilitam o “retorno” da história das mentalidades, um tanto hesitante, mas com maior efervescência que nos anos 20 e 30, pois temos um conjunto de circunstâncias que são próprios dos anos 60.

Jacques Revel vai chamar de “deslocamento cultural” a todas as alterações nos padrões comportamentais e culturais, a exemplo da crise do marxismo, os confrontos de maio de 68, a liberalização dos costumes e os acontecimentos que marcaram a Europa e os EUA e que provocaram um estremecimento nas referências culturais que vigoravam nos anos 40 e 50. Em termos propriamente historiográficos ou da produção historiográfica, temos uma expansão do tema das mentalidades e mesmo uma invasão das mentalidades na historiografia e esta expansão se deu tanto no campo da pesquisa quanto no campo da edição, onde é inegável seu sucesso editorial.

A história das *mentalidades* que “retorna” nos anos 60, se mostra, de certa forma, hesitante. Deve-se isto a uma problemática específica que é acadêmica e intelectual, que foi o estruturalismo, que se manifestou no mundo intelectual francês e, posteriormente, europeu. Este momento favoreceu a criação de novas disciplinas, criando novos métodos, conceitos, teorias e categorias para a análise da cultura, abordando-a do ponto de vista do que esta tem de invariável, ou seja, aquilo que permanece, que caracteriza uma cultura pela permanência, pela longevidade.

A preocupação do estruturalismo com o conceito, com a teoria, o conduz a um engessamento do social. Esta postura do estruturalismo leva vários autores a considerarem-no como uma das variantes do positivismo, podendo ser enquadrado como uma espécie de neopositivismo. Sua análise é profundamente conceitual e abstrata do que se identifica como elementos constituintes da cultura, não havendo uma relação direta e necessária com o mundo da experiência, havendo apenas uma explicação conceitual.

### **3. DUBY E O MARXISMO – UM DIÁLOGO E NÃO UMA ADESÃO TÁCITA**

As relações e diálogos entre as correntes marxistas e a corrente dos Annales será abordada levando-se em consideração que a “Escola dos Annales” não é homogênea e como é sabido, também vários são os marxismos.

Em uma primeira perspectiva, vários autores minimizam as divergências entre estas correntes, pois existem muitos pontos que as aproximam. Ambas reconhecem a necessidade de uma síntese global, observam que a consciência não coincide com a realidade social, e são promotoras da interdisciplinaridade. Vinculam a pesquisa do passado ao presente, usam métodos quantitativos, tendo uma visão estrutural da sociedade. “A comparação das características gerais do grupo dos Annales com a concepção histórica do marxismo permite notar sem dificuldades numerosos e importantes pontos comuns...” (Ciro Flamarion, 1997, p.9.).

Ciro Flamarion, Michel Vovelle, são alguns dos autores que destacam a colaboração e uma convergência entre as duas correntes embora também constatem diferenças. Ciró Flamarion, no que toca aos Annales, aponta para a falta de teoria quanto à mudança social e à luta de classe, mas isto não seria o bastante para separar as duas correntes e impossibilitar o trabalho em comum..

“O grupo dos Annales, refratário em grande medida às tomadas de posição explicitamente teóricas, foi com menor frequência alvo de disputas do tipo que aqui mais me interessa (e, quando foi, tal ocorreu da parte dos marxistas, configurando debates intraparadigmáticos, não entre paradigmas).” (Ciro Flamarion, 1997, p.10.)

Uma segunda perspectiva beira o confronto ideológico, um verdadeiro enfrentamento, pois, quando a diferença ideológica aparece e passa a ser a tônica, a epistemologia se esfuma, isto é, a possibilidade de diálogo diminui e se torna difícil. Marxismo e Annales, então, são vistos como “programas ideológicos rivais”, opostos quer em termos de pesquisa quer no tocante à ação histórica. As acusações são recíprocas: marxistas apontam os vínculos entre os Annales e o capital, daí a pouca ou nenhuma importância e interesse daquela corrente pela natureza dos regimes políticos e o seu privilegiamento à organização econômica e social que possibilite o bem estar das massas. (Dosse, 1987). Quanto à aproximação oscilante entre as duas escolas historiográficas, no séc. XX, principalmente a partir das décadas de 1950/1960, deve-se ao fato do marxismo tornar-se uma força teórico-política incontornável e ao incremento do diálogo entre os membros do grupo dos Annales com autores franceses marxistas e com o Partido Comunista Francês. Fazia parte da estratégia de poder dos Annales, segundo afirma Coutau-Begari (1987). Este tipo de análise não é descabida, mas não é definidora do “espírito dos Annales”, que se mostraram abertos à História e aos seus sujeitos, conforme seus grandes mestres se propuseram.

Historiadores outros apontam os motivos das aproximações, sendo esse o interesse e o respeito intelectual recíprocos. Quanto à estratégia de aproximação dos Annales, no momento em que o adversário se encontrava mais forte, adviria de um esforço de “acompanhar a história”. “Os Annales se defendem das acusações, acusando o marxismo de ainda ser idealista e que os Annales romperam com a especulação filosófica e optaram pelo apoio teórico das Ciências Sociais.” (Reis, 1996).

Uma terceira perspectiva observa-se em autores que afirmam uma possibilidade de diálogo entre marxistas e Annales, sem que seja necessária uma complementaridade, que venha a atenuar a diferença epistemológica existente; e sem que seja necessário eliminar a rivalidade ideológica. Para que houvesse diálogo, não seria preciso um consenso forçado, mas um reconhecimento do alcance e dos limites da diferença.

Marxismo e Annales são poderosos instrumentos teóricos, importantes “pontos de iluminação” que clareiam parcialmente a realidade social, e, se existe uma proposta, como foi vista no início desse trabalho, e’ possível o diálogo, a cooperação. A obra de Duby é exemplo desta possibilidade, sendo capaz de sintetizar as duas tradições históricas, a que nasce de Hegel e Marx e a dos Annales.(Odalía. 1994)

A influência do pensamento marxista age fortemente na maneira de Duby refletir sobre o passado, desde os seus estudos universitários, e, de uma maneira bem ampla, nos historiadores de sua geração. É relevante que se tenha conhecimento de como o pensamento marxista influenciou uma grande parte ou quase uma totalidade de historiadores na França. O momento histórico das primeiras décadas do século é o de uma grande transição traumática, em uma Europa dilacerada tanto econômica quanto moralmente, sendo palco de dois conflitos armados. O próprio historiador confessa, em seu ensaio bibliográfico (*A História Continua*, 1993), que, por uma questão de sensibilidade e não apenas por afinidades de caráter, se liga a Rodney Hilton e aos historiadores de *Past and Present*. Esta sensibilidade, sem dúvida, provém, em grande parte, de ter vivido o seu tempo e ter como elementos, na forja de seu caráter, os acontecimentos e traumas vividos por aquela sociedade plena de fissuras.

Desde o primeiro capítulo, foi proposição desse trabalho, na medida do possível, ter informações e observar, de certa forma, com o intuito de avaliação, o peso do lugar social na oficina da história instalada pelo autor.

No início da carreira de Duby, nos anos entre guerras, a história não tinha se desvinculado da missão messiânica que adquirira, a “crença em um progresso material” que se encontrava de maneira germinal na Idade Média. E o historiador acompanhava, em seus estudos, o seu desenvolvimento desde o séc. XII, na primeira fase do crescimento econômico europeu, tendo o seu desabrochar e amadurecimento na era das luzes, na segunda fase do crescimento econômico europeu e mantendo ainda de pé nos anos 30 do séc. XX. Muitos historiadores dessa geração, neste momento, na França, compartilhavam e

buscavam na História razões para anunciar, preparar e apressar o advento de uma nova sociedade, pois vivenciavam, por experiência, ou, por consequência, as turbulências de uma mutação violenta, provocada pela primeira fase do conflito europeu e o anúncio de um novo conflito, da mesma forma absurdo. Esta era a atmosfera que influenciava, envolvia os espíritos, nesses anos. Diante desse contexto, forjou-se a necessidade de anunciar uma nova sociedade, que há séculos vinha sendo prometida aos deserdados de antigas utopias paradisíacas, cujos membros viveriam de maneira mais igualitária.

Duby analisa esta sua geração, como sobrevivente desta hecatombe européia, devido à crença vigente de que a História tinha um sentido e todos os programas de História baseavam-se na noção de progresso embora as proposições de Marx não pesassem tanto nesta época. Por outro lado, não se conhecia o fenômeno da “crise do progresso”. Ele próprio, Duby, lera Friedmann, Spencer, esse último em sua obra *“Decadência do Ocidente”*, em que adota uma atitude de indiferença em relação ao espetáculo da história humana, valorizando a intuição e a imaginação em oposição à análise e ao método científico, História contra a natureza, através de antíteses, estuda os sinais de declínio na nossa civilização atual, proclamando com uma certa satisfação lúgubre a aproximação do “Cesarismo”.

Entretanto, as vitórias do Exército Vermelho, as vitórias da Resistência, a libertação, a guerra da Espanha, mantinham a chama acesa nos corações. As correntes inspiradas no marxismo se ampliavam. Historiadores poupados ou não dos desencantos do entre guerras aderiam, naqueles anos, ao Partido Comunista Francês.

Uma boa tradução, para avaliarmos o grau de desencantamento e sofrimento que transpassava o espírito desses homens, temos no relato do próprio Duby, no livro *Ensaio de Ego-História*, que ajudou a compor:

“Não partimos com os outros, em Setembro de 1939, na opressão da mobilização geral (...). Estávamos na lista de espera. Mas sabíamos que estávamos condenados. À morte. (...). Leitores de *Vendredi*, de Marianne, de *La Flèche*, antifacistas cândidos, demasiado independentes, demasiado cépticos para militarmos num partido, acreditando, contudo, de todo coração, na liberdade, lutando por ela, continuando a acreditar na paz, com optimismo incurável, confiantes no homem, persuadidos de que os homens parariam a tempo. No dia 9 de Junho de 1940, com um tempo radioso, o contingente que formávamos em nossa classe foi chamado a reunir “sob a bandeira”. Esta partiu então, em farrapos”. (Duby, 1987, p.120-121.)

A dívida com o marxismo é imensa e Duby sempre demonstrou isto. E afirmava que era por lealdade e que, também, não acreditava que fosse possível distinguir, em “última instância”, o mais determinante dos fatores dos quais deriva a evolução das sociedades humanas. Entre os anos de 1955 e 1965, o historiador se ocupa em utilizar o instrumental analítico do marxismo no estudo de tudo que se enraíza na matéria em uma formação social, sua produção de riqueza, a circulação dos bens etc., tendo em vista voltar os olhos para aquilo que, no movimento da História, diz respeito ao “ideal”.

Georges Duby declara que, para ele e para os historiadores medievalistas marxistas, contemporâneos seus, o principal contributo do marxismo foi possibilitar que se desembaraçassem de um *Geistesgeschichte* sem amarras, que se prendia a idéias absolutamente desencarnadas, sem um compromisso com as verificações adequadas que possibilitassem uma compreensão dessa época.

A partir das leituras das obras de Althusser, Balibar, Duby vai libertar-se do pensamento marxista distorcido por certa prática política, e mantém-se reticente ante o abuso do determinismo. Duby começa a perceber mais claramente que, no feudalismo, época de que é especialista, a determinação pelo econômico pode ser secundária em relação a outras determinações. Desde a feitura de sua tese sobre os Mâconnais, é possível observar a preocupação com o que poderia haver de determinante nas modificações produzidas ao nível dos

mecanismos do poder, poder este que modelava as relações econômicas. Daí a importância conferida às mudanças nas relações políticas, nos séculos X e XI, pesando nas relações econômicas, que são sensivelmente alteradas, não só pela evolução tecnológica.

“O senhorio é evidentemente um organismo econômico, e da maior importância, e essa espécie de deslize que se opera insensivelmente nas relações de produção durante os séculos X e XI não é dissociável de uma evolução tecnológica, demográfica. Contudo, a diferença entre o que é anterior ao ano 1000 e o que lhe é posterior explica-se essencialmente por uma modificação das relações *políticas*, e não por uma evolução interna de um organismo econômico.”(Duby, 1980, p.102.)

Um bom ponto de partida para situar o autor na teoria marxista é verificar quais aspectos utiliza, e como os utiliza. Pode-se, confortavelmente, situá-lo em uma ótica do jovem Marx quanto às análises de articulações, das interferências e na observância das alteridades de ritmos entre os fenômenos que pertencem ao imaterial e outros que se situam em plena materialidade. Sem cometer anacronismo, Duby projeta, em um sistema social completamente diferente do novecentista, conceitos como o de luta de classes e de relações de produção, que se tornaram contraditoriamente eficientes, por revelarem as inadequações dos próprios conceitos para época tão distante. Mas esta transposição torna-se altamente reveladora quando ajuda a mostrar as características originais e os mecanismos da sociedade senhorial. Este ponto mostra a liberdade com a qual Duby utiliza a teoria em seu fazer historiográfico. Valendo-se do prodigioso instrumento de análise que é o marxismo, examina mais de perto como as riquezas são produzidas e distribuídas no interior de uma formação social. Em análise do papel representado pela senhoria, na economia campesina e no conjunto da economia feudal, Duby conclui:

“A senhoria surgia, assim, como um obstáculo à completa autarquia da exploração feudal. Ela mantinha em torno de si, por sua simples presença, uma corrente de trocas. Vivificava a circulação monetária até o fundo dos vales alpestres mais isolados.” (...).(Duby, 1990, p.27.)

As rendas do senhor não correspondiam exatamente às suas necessidades. O senhor recebia muito mais em gêneros que precisava para seu consumo, de seus criados, de seus pobres e hóspedes etc. O desequilíbrio entre a necessidade de gêneros e a fraqueza de rendimentos em denários para suprir as necessidades outras, tais como manutenção das construções, processos judiciais, especiarias, vestimentas, etc., obrigava os senhores a converterem em denários seus excedentes. Dessa forma, fomentava-se o comércio nos arredores do feudo, abastecia-se as grandes cidades, e tudo o que saía em direção aos portos era proveniente, direta ou indiretamente, dessas necessidades. Duby conclui que:

“É evidente, porém, que a economia dessas senhorias estava estritamente ligada ao comércio e ao uso da moeda. (...). Uma das principais funções econômicas da senhoria era, portanto, introduzir nos círculos comerciais uma parte da produção rural, tanto a do domínio como a das terras camponesas submetidas às obrigações e aos dízimos, e trocá-las por espécies monetárias”.(Duby, 1990, p.30.)

Diante dessas constatações, pode-se chegar a duas possibilidades: estava-se diante de uma economia auto-suficiente ou de uma economia baseada no lucro? Ao constatar a disposição de muitas senhorias em aumentarem seus rendimentos e lucros as análises de Duby esclarecem que:

“A questão, nestas condições, deve ser colocada em outros termos. É evidente que os administradores de cada comendadoria de Saint-Jean não cogitavam de investir os lucros na empresa para ampliá-la. No inventário feito pelos visitantes a parte reservada aos investimentos é, com efeito, extremamente pequena e não excede em algumas libras para a “reparação” da casa ou do gado.” (Duby, 1990, p.41)

Prosseguindo suas análises, Duby chega a uma esclarecedora conclusão, atestando as particularidades da e na economia campesina:

“Todavia, em seu espírito, esse aumento de recursos devia antes de tudo permitir aumentar ainda mais a “família”(...). Ser rico, para eles, era recrutar novos irmãos , novos domésticos, integrar na comunidade da casa uma porção mais importante da

sociedade rural, conquistar lá fora mais devedores de obrigações, mercadores, compradores, assalariados. Para isso, assim como pelo uso que se fazia de suas rendas, cada uma dessas senhorias rurais estimulava de maneira muito ativa as trocas de bens e de serviços. Toda comunidade aldeã ordenava-se em torno delas.” (Duby, 1990, p.41.)

Da teoria marxista, é privilegiada a instância política em seus estudos, pois é nesta que se dá a com- penetração da vida “material” com a representação, e é neste lugar que a vida “material” imediatamente se inscreve no imaginário. Este comércio que se processa entre a “vida material” e suas “representações”, a sua consciência. Na obra de Marx, *A Ideologia Alemã*, estão presentes os princípios do materialismo histórico mas também a preocupação de produzir meios de uma análise das formações sociais. Neste processo de com- penetração, é possível o entendimento de como puros fatos de força, formas concretas, tais como as divisões pelas quais os homens se separam e se opõem em termos de poder, estão inclusos em conjuntos imaginários, ou seja, sobre certo número de inscrições imaginárias (castas, ordens, classes, etc.), rubricas que continuaram a dividi-los, mas agora coletivamente. Neste comércio, essas oposições imediatamente saídas da “vida material”, ao se inscreverem no imaginário, ganham um estatuto e podem ser vistas como relação regulada entre homens que imaginarizam as relações de poder. Está-se diante de um vínculo político.

Guy Lardreau vê, nesta postura de Duby, o seu campo de estudo para compreender, desvendar, motivações pelas quais os homens se separam, entre si, de forma coletiva. Para Duby, é imperioso confrontar o real e os conjuntos imaginários, para que se possa separar aqueles que estão em armas, daqueles que os olham sempre de baixo. Têm-se um “primado” político, e a utilização desse termo tem a finalidade de fugir dos possíveis defeitos do conceito de última instância, que pode ser entendido como privilégio a ser concedido a determinada prática, para que se tenha um bom entendimento de dada formação social em dada época. A exemplo, temos o primado das práticas de produção no quadro das

sociedades capitalistas, que nos parece pouco contestável. Duby conduz este vínculo político que se articula com as outras categorias, de uma forma própria, e exprime essa globalidade, que se chama “feudalidade”, sendo esta, um estado de espírito, um complexo psicológico. Esse vínculo político é levado ao nível da produção, observando que, na época em estudo, essa não “determina” aquele, fato também pouco discutível no quadro de sociedades “capitalistas”.

Por outro lado, não cabe determinância do político, este é um conversor onde se ajustam as exigências naturais e as respostas culturais. Sabe-se de antemão que os homens retiram da natureza sua sobrevivência, e o fazem a partir do meio que circunda seu habitat. Mas a História tem nos demonstrado que suas práticas produtivas não se adequam de maneira funcional a esse meio. Deve-se levar em consideração que as práticas produtivas são governadas por ritos, símbolos e idéias, em síntese, uma visão de mundo. As exigências e as respostas dadas por uma sociedade aparecem ajustadas, de forma sobreposta, existindo interferência recíproca, formando conjuntos, sistemas, no fundo, atendendo aos imperativos fundamentais da sobrevivência.

Duby avaliza este primado político, atentando que este é extensamente variável, segundo as sociedades e as épocas, não podendo ser fixado *a priori*. Este primado constrói o utensílio da inteligibilidade de uma propriedade do real. Este posicionamento de Duby é comprovado por seus estudos sobre as sociedades entre o final do séc. IX e o séc. XIII. Não mais as nomeia por sociedades feudais e sim por senhoriais. Para se atingir uma inteligibilidade maior sobre essas sociedades, era necessária esta postura teórica ao se comprovar as mudanças na estrutura social:

“Antes, digamos do ano 1000, o sistema de exploração dos trabalhadores, e de punção do sobretrabalho, assentava essencialmente em uma base fundiária, a posse de um capital, a grande propriedade; os exploradores eram os grandes proprietários. Este modo de exploração é em seguida substituído por um sistema muito mais eficaz, muito mais duro, ao meu ver mais alienante, baseado naquilo que é propriamente o senhorio.”  
(Duby,1980, p.101-102)

As transformações que ocorreram no sistema de exploração, foram ocasionadas por mudanças principalmente na esfera política, o último episódio de um fracionamento da autoridade régia e da progressiva decadência do Estado; a progressiva perda de poder da dinastia carolíngia, levando a um deslocamento do poder político que, cada vez mais, se descentraliza, tornando-se, cada vez mais, local. As transformações na estrutura econômica deste período não podem ser bem entendidas se dissociadas das relações políticas.

“(...) o senhorio quer dizer, o poder de um homem que em dado território, pode coagir todos os habitantes que não são padres nem guerreiros, pode julgá-los, extorquir-lhes (...), porque está investido de um poder político, de um poder que não emana da posse deste ou daquele bem, (...), o senhor ocupa o lugar do rei, toma-se (é tomado) por uma espécie de delegado da autoridade celeste, encarregado de fazer reinar a paz em determinado território.” (Duby, 1980, p.101.)

A obra de Duby, mais ligada aos estudos da estrutura econômica medieval, da demografia, tem seu ápice com “**Guerreiros e Camponeses**”, em que é observável que não se transporta por inteiro o modelo de explicação marxista e todo um vocabulário por este utilizado devido ao fato deste modelo de explicação ser forjado para o estudo de uma realidade político-econômica apresentada no século XIX. Sob pena de se cometer anacronismo de interpretação se não se perceber, por exemplo, que a noção de propriedade, na sociedade medieval, se dissolve na solidariedade e que o campo econômico é invadido pelo imaterial, pelo religioso, que se transformava em um motor de transferência de fortuna quando pregava a necessidade de dádivas e doações, tendo por finalidade a salvação das almas dos vivos e dos mortos. Estes exemplos demonstram a necessidade de levar-se em consideração, para um entendimento da estrutura político-econômica do feudalismo, o estudo das mentalidades. Levar em consideração que uma forma de poder como o religioso, um sistema de representações, pode intervir de maneira determinante na economia e na circulação de bens, não é deslegitimado por Marx nem deslegitima nada que este tenha dito. Os conceitos de produção, de lucro, de

consumo devem sofrer modificações e refinamentos para poder-se inseri-los no tecido da sociedade feudal.

Um outro exemplo de transposição de um conceito elaborado por Marx no séc. XIX, que se mostrou eficaz para elucidar e revelar as discordâncias e as inadequações de um modelo novecentista, foi o de luta de classes, utilizado na arquitetura do livro **Guerreiros e Camponeses**. O modelo de luta de classes, ao ser empregado no tecido social feudal, revelou, claramente, as características originais e os mecanismos da senhoria. A partir desse exemplo, pode-se ter uma noção de como a teoria marxista é utilizada pelo historiador com liberdade e como ferramenta.

A liberdade na utilização da teoria marxista é, em grande parte, proveniente do fato de que tudo que não se refere ao modo de produção capitalista, propriamente dito, na obra de Marx, encontra-se, de certa forma, em um simples esboço, de maneira tracejada. Este fato não deve ser entendido como salvo-conduto para se aplicar a teoria marxista de maneira leviana, ferindo ou renegando este instrumento de grande eficácia heurística. Sendo possível utilizar a flexibilidade encontrada no esboço, é concebível que se retifiquem certos pontos, à luz de novos conhecimentos. Estas possibilidades são provenientes, em parte, do objeto de investigação que é a civilização medieval, obrigando o historiador a contornar princípios de um marxismo vulgar e, por outra parte, derivam da postura de historiadores como Duby:

“Foi tirar Marx do intemporal, libertá-lo desse caráter perfeitamente a-histórico e dogmático que quiseram atribuir-lhe, e situá-lo, situá-lo a ele próprio na história, o mais exatamente possível, para avaliar o que o seu modo de reflexão podia dar-nos.” (Duby, 1980, p.105.)

Uma outra qualidade na teoria marxista que é cara ao historiador, é o seu poder de incitação, que leva o historiador a romper amarras.

O poder de incitação da teoria marxista, ao qual Duby gosta de se referir, é devido às formulações do pensamento do próprio Marx darem origem a

interrogações. Exemplo disto temos na instância econômica, quando Marx não afirma o modelo da troca lucrativa como a única forma de troca. Duby interroga as próprias colocações de Marx de forma não improvável, quando se atém aos textos do próprio Marx, mas que se tornariam improváveis se balizados por um marxismo vulgar dogmático. Por se preocupar com as questões que são improváveis, é que pode se afirmar que Duby contorna o marxismo, segundo Guy Lardreau:

“De resto, de nada serviria fechar os olhos ao que dizia Foucault numa entrevista dada a seguir à publicação de *Surveiller et punir*: “Atualmente, é impossível fazer história sem utilizarmos um rosário de conceitos directa ou indirectamente ligados ao pensamento de Marx, sem nos colocarmos num horizonte que foi descrito e definido por Marx”. O que é um facto ( e que nada tem a ver, há de dize-lo, com a demasiada célebre fórmula de Sartre sobre o “horizonte inultrapassável”, pois esta visava o marxismo como filosofia da história, isto é, como cenário imaginário, e aquela como uma “caixa de ferramentas” que não podemos dispensar; uma permitia conceber a constituição de um saber positivo, a outra nunca permitiu senão a triste política do “não desesperar Billancourt”. E, perante este facto do pensamento, a única atitude racional é reconhecê-lo e calcular os seus efeitos, sem o que nos arriscamos a “fazer Marx” sem o sabermos, e a assistir então o regresso do pior de seu pensamento.”( Lardreau, 1989, p.21)

Esta postura do historiador leva a questões que podem encontrar explicações na própria forma com a qual, segundo Duby, os historiadores medievalistas e os historiadores franceses se mantêm afastados do poder de interdição proveniente de “marxismos”. O historiador, se quiser conservar sua liberdade, deve manter-se afastado do campo balizado pelo marxismo vulgar. Em reforço a este procedimento, temos os estudos de vários marxistas que, em razão do incitamento provocado pelo espírito científico de Marx, na epistème contemporânea, realizam estudos esclarecedores sobre fenômenos sociais, porém, mantendo-se à margem do marxismo. Neste caso, pode-se citar Mauss, em seus estudos sobre como uma sociedade realiza trocas. A herança do espírito

científico de Marx chega, na obra de Duby, também através de profissionais que se posicionaram fora do marxismo, ou seja, que mantiveram uma postura de liberdade, liberdade no sentido que Duby apregoa e exercita em seu fazer historiográfico:

“Não vejo o que é que me impediria de retomar, em plena autonomia, certo número de proposições marxistas, que me parecem válidas para o tempo que estudo; mas sem as considerar como postulados invariantes, (...), pelo contrário, por pequenos toques, mudando a disposição dos elementos, trabalhando sobre as articulações, ajustar progressivamente o modelo.” (Duby, 1980, p.105.)

As análises feitas por Duby, da sociedade feudal, precisamente a partir do final do séc. X ao início do séc. XIII são bastante pertinentes com a declaração acima citada. Os conflitos sociais existentes neste período revelam o combate encarniçado entre os senhores, que aumentam o seu poder de exação, e camponeses, que resistem através de rebeliões.

Os estudos desses conflitos revelam, em uma ótica marxista, que o modo de produção estabelecia claramente um antagonismo entre explorados e exploradores sendo verdadeiramente uma luta de classes. No sentido marxista do termo, o grupo dos beneficiários do modo de produção senhorial constituíam, uma verdadeira classe, mas é preciso ampliar as análises, pois essa classe aparecia trabalhada por contradições internas que extrapolam meramente a dimensão econômica. Os estudos apontavam para a necessidade de se levar em consideração, no entendimento da estrutura social e econômica, um quadro fundamental que é a célula familiar, doméstica, pois existe um modo de produção “doméstico”, onde a economia tem o seu papel, mas se tem que levar em conta, também, a estrutura de parentesco, que é de importância relevante e responsável pela conformação da hierarquia social deste período. Pode-se referir ao parentesco como uma estrutura principal, pois um grande número de relações sociais somente pode ser compreendido e explicado a partir de uma análise apurada dos vínculos de parentesco estabelecidos. Os trabalhos de etnólogos

marxistas apontavam este caminho para a compreensão do que se passa no interior do quadro da célula familiar e dos vínculos de parentesco. Na posse desses conhecimentos, é possível ir adiante na análise da classe dos senhores e detectar a presença de uma categoria de considerável importância no interior da aristocracia do séc. XII, constituída por homens *jovens*<sup>15</sup>, um grupo social perfeitamente definido, com reconhecimento social dos próprios contemporâneos. A categoria dos homens *jovens* tinha seu próprio estatuto, a sua moral, uma situação precisa dentro das relações econômicas e uma consciência de si. Neste estudo, pode-se atentar que esta categoria, com suas características próprias, pode ser vista como aberrante para o marxismo vulgar, que tende a ver o conceito de classe funcionando de maneira exclusiva e homogeneizante.

O conceito de classe é utilizado por Duby, que demonstra a pertinência em utilizá-lo para a Idade Média do final do séculos X ao XIII, período cujo movimento produz mudanças que irão, posteriormente, configurar uma sociedade onde emerge o conceito de classes. Duby, primeiramente, chama atenção para o dever do historiador tornar compreensíveis aos seus leitores determinadas percepções que são formuladas do passado, em épocas outras onde as palavras tinham outro sentido; e procurar no vocabulário da contemporaneidade uma equivalência que, se sabe de antemão, é sempre imperfeita, mas que possa ser, o mais possível, precisa e compreensível. Daí o autor utilizar expressões como “modo de produção” e “forças produtivas”. O emprego desses termos não é feito de maneira leviana. Ao fazê-lo, demonstra, através de suas análises, a pertinência dos mesmos.

Como exemplo, temos um corte apresentado pela sociedade senhorial, que a dividia basicamente em duas partes: de um lado, o *dominus*, o senhor com poderes de exação, de julgar e punir, de regulamentar a sociedade, compartilhando os benefícios com os *milites*, ou como se dizia, cavaleiro. A

---

<sup>15</sup> O termo “jovens” tem sentido específico para qualificar homens de guerra servindo fora do período de preparação militar. O termo pode ser empregado também para membros da Igreja, o caso presente. especifica os filhos da nobreza.

instalação deste poder não se fez sem lutas e resistências da parte que sofreria as imposições e taxações, os explorados. Assim, ,como se observa que o *dominus* e os *militēs* formam uma classe que promove uma total modificação nas relações econômicas, administrando uma transferência de riquezas, e criando tensões e conflitos de interesses, se está diante de uma luta de classes. Com estas conclusões, Duby crê não estar a se sacrificar no altar do marxismo vulgar, pois a existência de revoltas, tensões e rebeliões são fartamente comprovadas em seus estudos. Entre eles, podem-se citar **Guerreiros e Camponeses**. Ainda mais esclarecedoras são suas exposições quanto às formas apresentadas nas relações entre as duas partes conflitantes:

“... e é no jogo da aplicação do costume, no jogo das inquirições, que reside de fato o confronto entre o senhorio e as comunidades camponesas, as quais se reforçam, se reagrupam na exata medida em que são oprimidas (pois é evidente que a instalação do senhorio teve imediatamente por corolário o estreitamento dos laços de associação entre os súditos desse senhorio). Portanto não devemos ver esta ‘luta de classes’ de uma forma dramática. È uma questão de palavra, um jogo de astúcia: o senhor pede muito, os súditos dão-lhe pouco, retiram-se, camuflam – o equilíbrio acaba por se estabelecer.” (Duby, 1980, p. 103.)

O conceito marxista de *classes* faz sentido articulado no âmbito de um sistema. Se aquele conceito é válido para a Idade Média, temos que observar a validade dos demais conceitos com os quais forma um sistema. Este sistema aponta para a existência de uma classe economicamente dominante e esta dominação não coincide com sua dominação política e ainda menos com sua dominação ideológica. O fato da classe senhorial não deter diretamente o controle ideológico, não é impedimento para que a ideologia dominante se defina como a ideologia da classe dominante. Nesse caso, estamos diante de uma particularidade apresentada pela classe dominante no feudalismo.

A ideologia dominante na Idade Média, nos séculos em que Duby centraliza seus estudos, está ligada a uma instituição, a Igreja. Esta ideologia assegura um certo consenso na classe dominante e mantém as relações sociais de

acordo com os interesses da mesma, justificando a hierarquização da sociedade e os privilégios de classes, pois os interesses da Igreja coincidem com os interesses econômicos do conjunto das camadas dominantes, sendo, a Igreja, beneficiária direta e indireta do modo de produção feudal. Mas tem grande autonomia, em relação ao conjunto das camadas que compõem a classe dominante.

O aparelho ideológico da Igreja é dominante no período feudal, mas não se tem uma ideologia dominante no sentido rigoroso definido por Marx. Os intelectuais que produzem a ideologia, não são assalariados ou servidores da classe dominante. Mas têm interesses diretos na produção, tendo, portanto,, interesses precisos a defender e representar, que são conflitantes com as outras camadas da classe dominante. Não se encontra nos intelectuais do período feudal uma “independência” vista nos intelectuais modernos, pois os intelectuais pelo menos na época que nos interessa, a época propriamente “feudal”, esses não são assalariados, ou servidores da classe dominante, mas confundem-se efetivamente com uma das camadas dessa classe. É observável a sua incapacidade de produzir uma ideologia que fosse realmente um cimento para o conjunto da classe dominante. Não se pode ver a ideologia como um reflexo de classe que consiste precisamente em edificar um sistema ideológico capaz de satisfazer os “interesses de classe”. No período estudado, há, constantemente, especificidades dentro do sistema.

A ideologia dominante, neste período, embora não seja a única, vincula formas de espiritualidade e de piedade haja vista que a justificativa para o modelo social apregoado por esta ideologia é a mística cristã. As proposições bíblicas cristãs presentes na ideologia levam a uma contraposição entre a Igreja e os senhores laicos quanto à exploração da classe produtora de riquezas. A contraposição entre estas camadas da classe dominante advém da atitude ambígua da Igreja em relação à exploração. Por um lado, inspirada por seus interesses materiais, contrapõe-se aos explorados e é conivente com os senhores laicos. De outro lado, os prelados da Igreja cristã estão em obrigação, por este título, de estarem ao lado do povo. Precisamente, este ponto é que faz aflorar a

contradição, ao declararem que os senhores sugam o sangue do povo e é necessário não permitir que esta sucção seja por demais prolongada. Nesta postura, se entrevê, além da ambigüidade existente, a presença de ideologias, em certa medida, contestatórias, no âmbito da própria Igreja, e que podem ser vislumbradas como ideologias dos dominados. Neste caso, os arautos primeiros seriam os padres.

Prosseguindo a análise proposta por Duby, de buscar as pertinências da utilização do conceito de classe na Idade Média e observar a validade dos conceitos com os quais aquele forma um sistema, convém advertir que, quando a perspectiva marxista se refere a classe na dimensão política, situa o termo num registro diferente daquele registrado na dimensão do econômico, onde classe é uma função no modo de produção. No nível político, trata-se de uma determinação que tem a ver com a consciência que dá consistência à classe. Quando o fator consciência passa a ser um elemento balizador, a unidade se quebra, se divide, pois somente alguns indivíduos são suportes possíveis dessa consciência. Esta peculiaridade já é analisada por Marx quando distingue origem de classe e posição de classe, sendo a primeira passível de ser determinável economicamente. Quanto à segunda, cabe ao sujeito o poder decisório quanto à posição a tomar, podendo ou não haver coincidência entre a posição tomada pelo sujeito e sua origem social. Neste caso, o indivíduo terá plena consciência de seus interesses de classes, caso contrário, tem-se o que Marx chama de desconhecimento ideológico.

Pode-se por em questão, seguindo esse raciocínio, vários pontos: haveria uma coerência, uma isonomia entre a instância econômica e a política? Quando o sujeito é suscetível de uma inscrição política, necessariamente tem que totalizar com outros sujeitos? O “interesse de classe” é pertinente na época em estudo? . Duby estuda estas questões nos seus livros **São Bernardo, O tempo das catedrais** e **As três ordens**, onde é sua preocupação saber a posição que cada indivíduo ocupa, no interior das duas classes em que o modo de produção senhorial dividiu a sociedade e, se, ao menos em parte daqueles segmentos, há

um sentimento de solidariedade ou a consciência de formar um grupo. Duby trabalha nesta pesquisa não só com o incitamento promovido pelas elocubrações do pensamento marxista, mas também com os ensinamentos de Freud quanto ao que é o desejo e suas conexões com o poder, permitindo colocar a questão sob um novo ângulo, principalmente as conexões entre o material e o imaterial, as relações entre moral e comportamento. É importante para o historiador libertar-se dos seus próprios hábitos de taxonomia e aperceber que a única maneira de saber o que vai ao espírito de um antepassado, é examinar as palavras dos discursos não esquecidos.

Os discursos do período em estudo, em totalidade, são provenientes da classe beneficiária da exploração senhorial. Ao estudar a palavra “povo”, Duby verifica que este termo é lugar de divergências semânticas, servindo para designar entidades sociais muito distintas, que eram identificados por oposição à classe dominante. Como exemplo, temos os fiéis em oposição ao clero, os súditos em oposição ao senhorio. Atento a esta realidade apontada pelas análises de discurso, Duby conclui:

“A ‘classe dominante’ tinha pelo menos uma consciência negativa de si própria, que ela se sentia definida por oposição, aquilo que sabia não ser. Arrisco um pouco mais, interrogo-me se a parte laica da aristocracia não terá, em certos momentos, tomado consciência de sua coesão. (...). Terão eles consciência disso? E apercebo-me de que os ‘cléricos’, pelo simples uso da palavra ‘cavalheiro’ e da palavra ‘povo’, afirmam a singularidade do grupo social que constituem.” (Duby, 1980, p.114.)

O estudo das formações verbais é de importância capital para se aproximar da realidade vivida na época medieval. A história das formações verbais que Duby realizou, e fez parte de seus projetos, é um utensílio, um veículo para se chegar a uma definição, em um dado momento e local, de uma consciência tomada pelos indivíduos da estrutura da sociedade em que vivem. Esse procedimento do historiador decorre da natureza apresentada pelo objeto de estudo, a civilização feudal, cujo principal vestígio que nos chegou, é a

linguagem escrita. E esta, na época de que o autor se ocupa, tem um caráter muito hierático. Não se escreve amiúde, esta escrita não é de modo nenhum cursiva, é monumental<sup>16</sup>, bem no sentido utilizado por Jacques Le Goff na obra *História e Memória*.

A escrita deste período está também em acordo com a tese de Lévi-Strauss sobre a escrita, onde esta aparece, antes de qualquer coisa, como meio de controlar a circulação de bens e das pessoas. A linguagem escrita, não sendo o único sinal da existência desta civilização, é o mais bem estudado. Através do estudo das formações verbais, poderá ser feita uma semiologia social, restará ver a maneira com a qual se articula com as condições econômicas e como ela se conjuga com as noções de riqueza, de pobreza, de exploração, para, então, se aperceber em que relação se encontram os sentimentos das pessoas inseridas em determinado grupo, e a idéia que formam das fronteiras desse grupo para, então, comparar com as divisões e fraturas instituídas pelo modo de produção senhorial. Infelizmente, este estudo ficou em esboço com o falecimento do autor.

---

<sup>16</sup> Georges Duby chama atenção para as particularidades existentes na escrita medieval que, proveniente de uma pequena parcela da sociedade, principalmente do clero, traz em seu interior as relações de forças dos que nessa sociedade detinham o poder.

#### **4- PARA ALÉM DA HISTÓRIA: UM OLHAR ANTROPOLÓGICO**

Permanecendo na análise das influências sobre a produção historiográfica de G. Duby, temos ainda, segundo a divisão proposta na página 27, onde foram mencionadas duas obras que descrevem a civilização material, e que permitem, nesse nível, sabermos como se processam, os contatos interpessoais no dia-a-dia de cada indivíduo e dos grupos a que pertencem.

Neste quadro, torna-se necessário que se observe a influência estruturalista na obra do historiador, que, nos anos 60, assume a posição que a geografia humana, agora em declínio, exercera nas suas primeiras obras.

Os anos 60 são marcados, também, pelo enorme crescimento da “etnologia francesa”, com o regresso à França dos etnólogos, a partir do fenômeno da descolonização.

O estruturalismo influencia fortemente a obra de Duby, assim como as obras historiográficas a partir dos anos 50, marcados pela publicação da obra de Claude Lévy-Strauss, “Antropologia Estrutural”, em 1958. Neste trabalho, o autor põe em dúvida o direito da história feita até então de se definir enquanto ciência social. As premissas da lingüística de Saussure são absorvidas pela

antropologia estrutural, ampliando o campo de análise, valorizando um novo tipo de abordagem das sociedades e dos produtos por esta criados.

A valorização da sincronia, conferindo a uma maior capacidade se análise, resulta em um esforço no sentido de evidenciar o que suscita o insensível deslizamento das estruturas, na medida em que se mergulha nas profundezas da duração e encontram-se vários fatores para a evolução de uma formação social, que agem em conjunto. Privilegiam-se “unidades coerentes, significativas” (Marrou apud Duby, 1990. p.200.).

O propósito é o de melhor observarmos a influência estruturalista na obra de Duby, identificando qual ou quais abordagens são utilizadas em sua produção historiográfica e que estiveram e estão presentes na Escola dos Annales.

O estruturalismo é um termo multifacetado, e muito aplicado, mas é característica dos que utilizam a metodologia estruturalista opor-se, no sentido próprio do termo, ao individualismo, ao empirismo e à hermenêutica. Existindo muitas formas de teorias estruturalistas, presentes na sociologia, na filosofia e na antropologia, a que nos interessa e que se associa imediatamente ao termo “estruturalismo”, o estruturalismo francófono, segundo a classificação de Christopher Lloyd.(Lloyd, 1995, p.99).

Para os estruturalistas francófonos, a estrutura não é um sistema observável se propusermos a entendê-la como sendo regida exclusivamente por mecanismos culturais, cibernéticos ou psicológicos. Os francófonos se dividem quanto à forma de observar as estruturas, um segmento pode ser visto quando se analisa as obras de Ferdinand de Saussure, Claude Lévi-Strauss, Jean Piaget, Roland Barthes e Louis Althusser. Nestes autores, a estrutura pode ser um conjunto de princípios abstratos, havendo possibilidade de uma formalização lógico- matemática, que lhe é inerente, mas se oculta na linguagem, na cultura e nas estruturas sociais observáveis, etc.

Noutro segmento, temos Marc Bloch, Fernand Braudel, e outros historiadores dos Annales. Nesta linhagem, podemos apontar Georges Duby,

quando analisamos sua obra. Para este segmento, a estrutura vem a ser um amplo conjunto de relações geográficas, econômicas, sociais e padrões de comportamento que articulam grande parte de uma sociedade de maneira definida e determinam os eventos da história observável.

Nos estudos históricos, o estruturalismo francófono dá origem a duas correntes sobrepostas e ambas associadas ao periódico *Annales*. Estas estão presentes de maneira bem visível na obra de Duby, que em seu fazer historiográfico, sofre influências dessas duas correntes.

A primeira, originária dos escritos de Émile Durkheim e Lucien Febvre, está ligada principalmente aos estudos das “mentalidades”, nas formas de crenças coletivas, de representações, “responsáveis” por ações de modo causal. Dessa forma, contribuindo para a explicação da ação e da mudança social, objetivando desvendar e articular os princípios lingüísticos e culturais de lenta mudança que regiam os modos de pensar em épocas passadas.

A segunda corrente, originária dos escritos de François Simiand, Marc Bloch, faz um exame das grandes estruturas sócio-econômicas, apreendidas em grandes espaços de tempo, sendo característica, dessas estruturas a estratificação e a multitemporalidade. Segundo Lloyd, é importante frisar que estas estruturas mencionadas acima não são, em geral, bem conceitualizadas, havendo possibilidade de se detectar pontos de tensão entre algum autor e princípios epistemológicos dominantes do estruturalismo francófono. Tem-se como exemplo Braudel, que *parece sustentar que os padrões de comportamento, e não as regras, papéis e relações sociais que o limitam, constituem os elementos da estrutura. Neste caso, a estrutura é concebida como um padrão observável da vida humana, (...)*. (Lloyd, 1995. p.100)

Para os historiadores dos *Annales*, a noção de estrutura deve representar a multiplicidade de tempo. A idéia de estrutura está intimamente associada à idéia de tempo como duração. Se, em Marx, a idéia de estrutura está associada à organização econômica e no estruturalismo, associada à idéia da funcionalidade do organismo social, das práticas sociais, no caso da história, a

associação se faz ao nível de tempo. Os historiadores dos Annales utilizam o termo estrutura para identificar as experiências coletivas, sociais, culturais históricas, que permanecem e são duradouras, ou seja, que dizem respeito à longa duração.

Segundo Fernand Braudel, o estruturalismo não pode radicalizar a idéia de uma realidade imóvel, pois não existe um único tempo. Existem tanto as esferas sincrônicas quanto as diacrônicas, sem que haja uma hierarquia. Nesta afirmação, tanto Braudel quanto Duby estão posicionados em aceitar que estas esferas convivem e se relacionam de maneira diversa e intensa. Porém, em determinadas circunstâncias, umas podem se destacar mais que a outras. Sendo assim, neste caso, cabe ao historiador, quando escreve a história, não dispensar o sincronismo nem o diacronismo e nem colocar um prevaiente sobre o outro<sup>17</sup>.

Para sintetizar a noção de estrutura nos Annales, deve-se perceber a existência de uma tentativa, por parte dos historiadores desse movimento\_\_ no caso podem ser destacados Braudel e Febvre\_\_ de compatibilizar estrutura como arquitetura, como construção e mudança histórica. Se os historiadores cedessem às pretensões estruturalistas, o próprio conhecimento histórico se inviabilizaria, pois a disciplina tem como pressuposto básico a compreensão da mudança histórica. A História, como conhecimento do tempo social, está voltada para a compressão da mudança. As esferas da realidade social, a economia, a política, os valores culturais, possuem dinâmicas diferentes e tempo de permanências. A idéia de imobilidade é incompatível com a história, é preciso levar em consideração o que muda.

Porém, não existe uma discordância, ao nível de totalidade, com o estruturalismo de Lévi-Strauss. Segundo Braudel, a ponte de entendimento entre a história e as Ciências Sociais tem que passar pelas multiplicidades de tempo.

A história das mentalidades é uma história das estruturas, mas não necessariamente uma história estruturalista, ou seja, não é feita a partir do

modelo metódico de pesquisa elaborado pelo estruturalismo. A história das estruturas leva em consideração a longa duração e a compatibilização entre permanências e mudanças, o sincrônico e o diacrônico. O historiador Roger Chartier aponta para a história das mentalidades como uma barreira de contenção ao imperialismo do estruturalismo e não uma recusa radical. Em acordo com esta postura, temos também o historiador Jacques Revel, para o qual a história das mentalidades foi uma forma de conter na historiografia o avanço estruturalista, devido ao seu conceito ser tão abrangente e, de certa forma movediço, que se colocou como impedimento para que o estruturalismo viesse açambarcar o espaço da História. A aproximação e o contato foram, sem dúvida, proveitosos. Um exemplo é George Duby, que foi um dos historiadores que mais próximo esteve do estruturalismo, tanto pela via althusseriana<sup>18</sup>, como através da antropologia estrutural, mas, ao se analisar sua obra, não podemos qualificá-la de uma obra estruturalista.

Com a presença da influência antropológica, o pensamento historiográfico sofre uma inflexão, privilegia-se uma história das “mentalidades” onde, para compreender um fato histórico, é necessário que se investigue o que se esconde no fundo das consciências individuais e coletivas. Diante desta nova concepção, abre-se um confronto entre a historiografia tradicional e esta nova maneira de pensar a história. Porém, não há exclusão da diacronia, o que existe é uma interrelação entre o acontecimento e a estrutura, no sentido de haver uma integração, possibilitando um maior conhecimento do homem.

Para Duby, a reviravolta que se desencadeou por volta dos anos 60, na historiografia francesa, foi o risco da história ser relegada a uma posição subalterna. O estruturalismo estimulou os historiadores a alterarem radicalmente os questionários, e isto desencadeou um novo rejuvenescimento da escola

---

<sup>17</sup> Encontra-se aqui um ponto de tensão, pois o método estruturalista desenvolvido por Saussure, Lévi-Strauss e Piaget, funda-se em uma ontologia de elementos e camadas inobserváveis que exige uma ciência não empirista.

<sup>18</sup> Para Louis Althusser, a sociedade é uma totalidade que possibilita e estrutura tudo o que contém, especialmente as ações e eventos.

histórica francesa, comparável ao que, trinta anos antes, os combates de Lucien Febvre e Marc Bloch promoveram nos *Annales*.

A leitura dos etnólogos como Meillassoux, Augé<sup>19</sup>, Althabe, leva Duby a se interessar por utilizar conceitos novos, como os de reciprocidade ou redistribuição, que forçavam um novo olhar quanto ao papel da economia no sistema feudal. Mauss<sup>20</sup>, Polanyi, Veblen<sup>21</sup> influenciam o historiador a destacar o papel da gratuidade nos círculos de troca, o papel desempenhado pelo jogo, pela festa, o dever de destruir, de sacrificar riquezas de tempos em tempos.

Georges Duby via-se obrigado a levar em consideração o papel relevante, na organização econômica medieval, da importância dos santos protetores e dos mortos como agenciadores dos favores do céu, tão importantes para as colheitas quanto a qualidade dos grãos, o trabalho dos animais etc. A antropologia social leva-o a estudar, também, a importância das relações de parentesco, e para isto era necessário imiscuir-se no interior das residências feudais.

É pretensão de Duby estudar mentalidades e não fazer uma história das idéias ou do pensamento, mas é necessário se entender o que o historiador procura, o que este persegue enquanto historiador de mentalidades, em se analisando seus livros da terceira fase, tais como: *Les dimanche de bovines* (1973), *Le temps des cathédrales* (1976), *Les trois ordres, ou l'imaginaire du féodalisme* (1978), *Saint Bernard* (1979), *Guillaume le maréchal ou le meilleur chevalier du monde* (1984) e *Le chevalier, la femme et le prêtre*. São estudos que buscam identificar, no nível do imaginário, as representações ideológicas ou culturais que se originam nos homens, imbricados em uma paisagem geográfica, sócio-econômica e demográfica tão bem descritos no livro *Guerriers et paysans*.

---

<sup>19</sup> Auge, Paul (1881-1951). Lexicógrafo francês, ocupou a direção da redação de dicionários da *Librairie Larousse*.

<sup>20</sup> Mauss, Marcel (1872-1950). Antropólogo francês, fez abordagens sobre a teoria e o método etnológico, influenciando cientistas sociais, como Claude Lévi-Strauss e Radcliffe-Brown.

<sup>21</sup> Veblen, Thorstein (1857-1929). Sociólogo e economista americano, crítico implacável do capitalismo e do sistema industrial contemporâneo.

A preocupação de Duby, nesses livros relacionados com os problemas ideológicos e culturais, é estabelecer entre estes problemas e a infra-estrutura uma relação que não se finaliza em uma possível complementaridade. Busca desvendar, nas íntimas ligações, uma contra prova do que se afirmou a respeito da infra-estrutura. O que resulta das pesquisas e das análises, é um quadro totalizante das sociedades, pois, se desvendam suas diversas dimensões que se entrecruzam, se imbricam, revelando um maior detalhamento no conhecimento dessas sociedades.

A história das sociedades não pode ser escrita sem se levar em conta as diferenças entre as estruturas materiais e as mentalidades e é justamente neste ponto que as correlações podem ser mais claramente discernidas. É sabido que os sistemas de valores transmitidos pelos procedimentos educacionais, aparentemente quase sem mudanças, de uma geração a outra, não são estáticos. Possuem uma história própria, cujos modos e fases não coincidem com a história do povoamento e dos modos de produção. É neste campo, bem vasto e aberto às mais diferentes pesquisas, que se inscreve o estudo das ideologias.

Como já foi dito em capítulo anterior, o conceito de ideologia utilizado por Duby é explicitamente tomado de Althusser.<sup>22</sup>

“(...) um sistema (possuindo sua lógica e rigor próprios) de representações (imagens, mitos idéias ou conceitos, segundo a ocasião) dotado de uma existência e de um papel histórico no seio de uma sociedade” (Althusser apud Duby, 1995.v.1.p.132.)

A partir dessa definição que norteia toda uma análise de Duby sobre a sociedade feudal, é conveniente por em evidência alguns de seus traços característicos. As ideologias aparecem como sistemas completos, oferecendo a uma sociedade uma representação que explica o seu passado, o seu presente, e o seu futuro. Integrando, pois, a totalidade de uma visão de mundo com cosmologias e teologias produzidas por cada cultura.

---

<sup>22</sup> Althusser, 1970. Duby, 1987, p.119, esclarece seu débito e admiração em relação a Althusser.

No caso em estudo, a representação da sociedade feudal procurava apoio necessário nos textos fundamentais do cristianismo. A imagem fornecida pela ideologia da organização social é construída com a finalidade de atender a interesses particulares de um grupo dominante ou de grupos, a partir da perspectiva de determinada facção, pois, certas articulações sociais são ocultadas, e outras, ressaltadas. Observa-se um arranjo coerente de inflexões, escapatórias e distorções, com vistas a manter a hegemonia de uma ideologia frente às concorrentes, pois, em toda sociedade com um mínimo de complexidade, existem vários sistemas ideológicos e um conflito permanente os opõe.

Dessa forma, o esquema dualista e claramente maniqueísta apresentado pelos intelectuais eclesiásticos do séc. IX, que opunha os “poderosos” e os “pobres”, dá subsídio e encorajamento à Igreja e à realeza, para resistirem às pressões da aristocracia laica. Os intelectuais da Igreja tinham enorme vantagem sobre os senhores laicos, pois detinham o monopólio da cultura escrita, embora, como estes também, beneficiários do modo de produção senhorial. Mas a questão se opõe, também, na perspectiva da história, pois a vantagem dos eclesiásticos aumenta enormemente. O que se sabe, é proveniente dos escritos, esses em sua grande maioria proveniente dos arquivos e cartulários da Igreja e, de sua própria lavra. Este fato traz dificuldades para uma análise da sociedade a ser estudada, promovendo distorções da realidade social. A imagem mascarada da realidade da sociedade da época continuou distorcida, até o pensamento dos historiadores da sociedade recentes, que pouco sabiam das funções sociais e econômicas essenciais do senhorio rural.

As conclusões a que se pode chegar, a partir do quadro apresentado na “classe dominante”, é a existência de vários sistemas de representação, que são concorrentes e podem refletir antagonismos. Podem nascer da justaposição de etnias separadas, mas que, necessariamente, são determinadas pela disposição das relações de poder.

Mesmo que estas ideologias se apresentem como imagens invertidas umas das outras, numerosos traços as aproximam. No caso da sociedade feudal,

no tocante à “classe dominante”, as ideologias são edificadas no mesmo conjunto cultural e se exprimem na mesma língua. A exemplo disto, temos, no séc. XII, o amor urbano adúltero e pagão, apresentando-se de uma forma quase que maliciosa e invertida das novas formas da devoção à virgem, que eram vividas pelas linhagens das companhias vassálicas. O esclerosamento das relações feudais propiciava o aparecimento desse jogo mundano mas, em contrapartida, a Igreja pretendia refrear esses extravasamentos que a incomodavam.

As ideologias revelam-se estabilizadoras, principalmente as que visam manter os privilégios adquiridos pela “classe” dominante, mesmo aquelas que se apresentam antagônicas e como modelos invertidos das primeiras, mas que são também sistemas de representações da camada dominante.

As ideologias, por mais revolucionárias que se apresentem, se mostram, ao cabo de algumas vitórias alcançadas, propensas a incitar a seu estabelecimento definitivo, e não se tem conhecimento que uma utopia apele para a revolução permanente. Isto se dá claramente devido ao fato de que as representações ideológicas participam da força inerente a todos sistemas de valores, cujo sustentáculo é composto de tradições.

As ideologias buscam apoio nas forças de conservação que são predominantes, e se percebe esta tendência nos meios culturais, que se justapõem e se interpenetram no seio social. No caso de sociedades eminentemente agrárias, onde sua sobrevivência depende do agenciamento das técnicas de produção e da estabilidade de um sistema coerente de procedimentos empíricos, conseguido ao longo de décadas ou séculos de adaptação às condições naturais, a resistência é maior, na proporção inversa do desenvolvimento técnico.

Mas o conservadorismo se apóia, mais comumente, na própria hierarquia social, nos estratos dominantes de uma sociedade cujos interesses se encontram bem servidos por um aparato ideológico mais bem armado que os outros e uma situação material favorável. Promovem inovações no campo da estética e da moda, mas mostram-se atentas a qualquer mudança menos

superficial, que possa vir a colocar em perigo seus privilégios adquiridos e vantagens que detêm.

Quanto a estas modernizações de superfície, promovidas pelo cume da hierarquia social, tomam forma de modelos culturais que expressam os gostos e interesses das equipes dirigentes e se deslocam de alto a baixo da pirâmide social, sofrendo um processo de vulgarização contínua em direção à base. Ao mesmo tempo, promovem uma deformação das representações mentais.

O contributo deste processo é de não prolongar por muito tempo a sobrevivência de determinadas atitudes no seio social, que não são de interesse das camadas dominantes. Ao mesmo tempo, prolongar a vitalidade de certas representações mentais e de comportamentos que elas governam, distinguindo a camada dominante da comum, de um sólido fundo de referência às tradições que lhe fornecem o mais firme de seus apoios ao espírito conservador.

Temos, então, a importância da necessidade desta constante modernização de superfície, que é uma estratégia para manutenção de um poder. Mas as ideologias têm uma característica que é serem “práticas”. Ou seja, elas encorajam a ação, pois vendem o projeto de um futuro, que se estabelece a partir de uma memória dos tempos passados, podendo ser objetiva ou mítica, mas sempre apontando para o advento de uma sociedade perfeita.

Ao encorajarem a ação, as ideologias animam, dessa forma, o movimento da história, mas, no decorrer desse movimento transformam a si próprias, pois a representação se projeta sobre o corpo social. As ligações entre as relações vividas pelas sociedades e as representações que as sociedades fazem de si próprias, são bastante estreitas. As mudanças que afetam as relações vividas, afetam também a representação que a sociedade tem de si própria. Esse movimento poderia ser menos traumático caso as ideologias não apresentassem uma natureza conservadora, pois se inclinam vagarosamente para refletirem as mudanças. Mais adiante, far-se-á uma análise mais demorada das distâncias de temporalidades entre as ideologias e as relações vividas.

Um outro ponto que demonstra a contribuição das ideologias, animando, fazendo movimentar a história, são os conflitos no interior das sociedades, promovidos pelas classes de idade ou as categorias separadas por interesses divergentes. Essas alterações se tornam mais agudas com a evolução econômica ou demográfica e, mais ainda, quando esta evolução promove mutações nas estruturas políticas. Nesses casos, as ideologias presentes no meio social e em permanente rivalidade com as ideologias adversas, percorrem dois caminhos: ou flexibilizam ou se armam, afirmando suas posições. Tanto um caminho quanto o outro utilizam o véu de novas aparências.

As ideologias, em sua constante luta para manterem sua posição hegemônica, chegam a ponto de integrar imagens ou modelos que do exterior as ameaçam. Como exemplo, temos a Igreja do séc. XIII que, diante da pregação de Francisco de Assis com suas novas proposições de perfeição, que não eram uma renitente manifestação herética, mas altera sensivelmente sua própria organização. Assimilam o que podia, refluindo o que considerava irreduzível no conteúdo da pregação franciscanas, com a finalidade de reforçar suas estruturas materiais e espirituais e chegando a remodelar a própria figura e mensagem franciscana para melhor assimilá-la. Esse exemplo mostra bem o drama da história das ideologias com seus movimentos de contestação, recuperação e integração, onde certos meios sociais, desempenham papel preponderante. Neste caso, os historiadores devem prestar atenção particular a essas pessoas que, por sua situação profissional, se encontram na frente de combate e se revelam os principais agentes das forças de conservação, de resistência ou de conquista.

O historiador, segundo Georges Duby, diante dos movimentos de conflito que levam as ideologias a processos de transformações, especialmente nas épocas de crise aguda, deve observar atentamente, no meio social, determinados grupos de indivíduos que, por sua posição profissional ou política, e, por inclusão, numa certa classe etária, se se encontram colocados em posições importantes como agentes das forças de resistências, de conservação, de conquista. Geralmente as sociedades os colocam como especialistas nas funções

de educação e ensino, mas também como porta-vozes de uma categoria social da qual freqüentemente não provêm. O historiador deve, também, dar uma atenção particular a essas pessoas, procurar as causas que os conduziram a abandonarem seu grupo social original e apoiarem a luta de outros corpos sociais, fortificando a posição desses com sua experiência e o seu saber.

Esta afirmação, e as razões pela qual se encontra esta situação, são muito bem elucidados por Gramsci, em sua obra “*Os intelectuais e a Organização da cultura*”, publicada no Brasil em 1976. A postura gramsciana é de estudar esse objeto não separadamente de outras formações sociais, tendo desta forma *um melhor entendimento das atividades desenvolvidas por este grupo e suas implicações no conjunto do sistema de relações em que estão inseridos.* (Gramsci, 1976, p.3.). Um outro estudo importante e esclarecedor é o de Jacques Le Goff, em sua obra “*Os intelectuais da Idade Média*” (1957), onde estuda o aparecimento dos intelectuais como tipo sociológico novo, no séc. XII, no espaço urbano.

Ao citar Gramsci como estudo elucidador neste parágrafo, é pela concordância que seu estudo recebe de Le Goff ao concluir este que os intelectuais da Idade Média não escapam do esquema gramsciano, embora o considere um tanto genérico. Duby coloca várias questões a esse respeito, e refere-se a causas que levam esses grupos específicos a romperem com o grupo que os origina, e ao que os leva a fortificarem as posições antagônicas dos grupos onde operam; vigorando, fortificando estas posições com sua experiência e seu saber. Como é o caso dos intelectuais a serviço das camadas dominantes.

Os sistemas ideológicos se transformam, também, quando o conjunto cultural se acha penetrado pela influência de culturas estrangeiras e vizinhas de uma forma mais contundente, pois dificilmente um sistema encontra-se totalmente isolado. A transformação é, por vezes, brutal, como é o caso de invasões ou colonizações, que modificam as estruturas políticas e podem se dar de uma maneira insidiosa, havendo fascínios por crenças, idéias e maneiras de viver de outras sociedades. Porém, as ideologias, neste último caso, podem

deliberadamente buscar de empréstimo em outras sociedades os sustentáculos para suas representações. Temos o exemplo do Ocidente europeu, quando a ética urbana do séc. XII tem suas representações mentais, seus rituais e seus modos de expressão influenciados pela cultura da Antigüidade latina e da Espanha islamizada.

As ideologias se apresentam como interpretação de uma situação concreta. Desta afirmação, podemos concluir que se inclinam a refletir as mudanças ocorridas em uma sociedade, mas sabe-se que são conservadoras e demoram em refleti-las, provocando um distanciamento entre a sua história e a das relações vividas. Pode-se observar que as ideologias se ajustam ao fim de um prazo bastante longo e esse ajustamento é sempre parcial. Pode-se dizer que existe um jogo dialético bastante sutil. As representações tentam conter o ímpeto das mudanças das estruturas materiais e políticas e estas forçam as representações a mudanças. Cabe aos historiadores estabelecer, investigar essas dissonâncias e, para tanto, estabelecer uma cronologia.

As ideologias acabam revelando mais sobre as condições materiais da vida social do que elas próprias se propõem. Este pensamento é comungado por Duby, que aponta para o fato de que, na maior parte dos documentos, as expressões do vivido e do sonhado se encontram confusamente misturados. Embora considere a possibilidade de observar os traços das condições materiais da vida social ora revelados ora disfarçados no meio das imagens mentais.

O trabalho do historiador torna-se bastante árduo, pois deve aperceber que encontrará, a cada passo da sua pesquisa, concordâncias e discordância em cada ponto da diacronia. Deverá ficar atento para três variáveis: por um lado, à situação objetiva dos indivíduos e dos grupos; à imagem que esses têm da sociedade a qual lhes é confortadora e justificadora; e entre estas imagens e as condutas individuais e coletivas.

Georges Duby, para elucidar os comportamentos dos homens, das representações mentais ou dos sistemas de valores os quais gosta de se referir, leva em consideração as reflexões de Paul Veyne, que ajudam a entender essas

condutas e os comportamentos desses homens que se comportam de uma maneira ritualista. Os ritos são vividos efetivamente enquanto ritos, não se deve crer que sejam expressões de crenças ou de idéias, estão pouco submetidos às regras da moral. A ética no interior desse conjunto representa senão “um setor localizado”, será influenciada segundo os níveis de cultura, as sociedades e as épocas.

Conclui-se que é enorme a distância entre aquilo que intitulado que é de oficial de um movimento político ou religioso e a atmosfera que nele reina. Segundo Paul Veyne, a atmosfera vivida e não percebida pelos participantes é mais importante que as proclamações e as declarações de princípios que influem sobre os comportamentos. A compreensão disto leva os historiadores a não majorarem o papel dos sistemas ideológicos sobre os movimentos da história. É correto analisar as ideologias como apenas “bandeiras”.

“a cobertura ideológica não engana ninguém, que ela convence apenas os convencidos, e que o *homo historicus* não se deixa curvar pelos argumentos ideológicos de seu adversário quando seus interesses se encontram em jogo.” (Veyne, 1971, p. 223.)

Paul Veyne, no entanto, chama atenção para as “instituições”. Local privilegiado onde os comportamentos encontram-se mais diretamente determinados por motivos ideológicos, onde o espírito de corpo, as tradições do grupo, fazem com que os grupos sociais realizem fins mais desinteressados que, seus membros, perseguiriam individualmente. Estes locais são lugares de tensão entre os princípios institucionais e os interesses pessoais. Porém, o conjunto de regras de conduta é imediatamente aplicado, mais rápido que em outros lugares da vida social. Paul Veyne chama atenção dos historiadores das ideologias para estes locais, indicando-os como espaços primordiais para sua atenção, pois nestes é possível observar os movimentos institucionais que fazem os grupos e os indivíduos se unirem e agirem dentro de um espírito de corpo, onde se fala em ideal coletivo. É estudando esses movimentos que se entende o problema central entre as ideologias e o que Karl Marx denomina de prática social.

Duby, em sua obra **As três Ordens**, estuda, de uma maneira profunda, a história primitiva da ideologia das três funções sociais e a maneira como esta reaparece e se forma na França, nos séculos XI, XII e princípios do XIII e como serve de suporte ideológico para apoiar a estrutura do antigo regime. Nesta análise de Duby, temos a oportunidade de uma compreensão maior de parte do arcabouço teórico exposto nos parágrafos anteriores.

A partir dos estudos de George Dumézil, com sua formidável erudição, criou-se um modelo de funcionamento do imaginário religioso, assinalando a concepção de uma sociedade formada por três grupos que exercem três funções básicas<sup>23</sup>. Essas, entranhadas na tradição indo-européia e podendo ser encontradas desde a antiga Índia à Gália dos tempos de César. Georges Duby trabalha igualmente a imagem trifuncional, tentando traçar a história de uma certa imagem da ordem social que atravessa o tempo:

“A figura triangular sobre a qual, nos espíritos dos bispos do ano 1000 se construiu o sonho de uma sociedade una e trina como a divindade que a criou e a julgará (...); e é através desta mesma figura triangular que no nosso tempo (...) persiste a nostalgia de uma humanidade regenerada (...). Trinta, quarenta gerações sucessivas imaginaram a perfeição social sob a forma da trifuncionalidade. Esta representação mental resistiu a todas as pressões da história.” (Duby, 1982, p.16)

Este estudo da história de uma ideologia, de uma ideologia da sociedade e do poder, evidencia o movimento que arrasta estas formas imateriais em relação com a evolução das condições materiais, e de uma maneira bem pioneira, faz uma abordagem das relações de parentesco da sociedade dita feudal. O estudo de Duby, tendo como objeto à teoria trifuncional da sociedade, já se apresenta de forma nítida em sua obra **São Bernardo e a arte cisterciense**.

Nesta obra Duby, mostra os meandros de uma mentalidade monacal,

---

<sup>23</sup> A teoria trifuncional refere-se sempre às funções inerentes a cada uma das partes que integram o esquema classificatório: Os que rezam, os que combatem e os que trabalham.

suas origens, seus ideais e as conseqüências, em parte, de caráter insólito e contraditório. Duby nos transmite a imagem desses monges afeitos a uma existência humilde, exercendo a função de *laboratores*, a mais humilde das funções. Alcançam uma grande expansão e desenvolvimento em seus monastérios para onde carreavam os lucros obtidos pelos trabalhos nos campos e a venda dos excedentes nas cidades e mercados próximos, investindo os lucros não em ostentação, mas em construções que refletiam bem o espírito de grupo. O ascetismo monacal dos bernardinos não os impediu de se tornarem ricos proprietários, atraindo o ódio e descontentamento de todos que se sentiram prejudicados com esta ação concorrencial que, na época, tem uma conotação de deslealdade.

Nesta obra, vamos encontrar a teoria trifuncional, dividindo o mundo em três ordens: a dos homens de oração, cuja função é orar e viver em contato com o divino; a dos guerreiros, cuja função é o exercício militar ; e a dos trabalhadores, que se incumbem de providenciar o alimento e a sobrevivência das outras ordens. Duby, em sua obra **As três Ordens**, procura as razões históricas que fazem surgir ou desaparecer a figura triangular da trifuncionalidade. Essa explicação ternária da sociedade é uma estrutura inconsciente de que o homem se vale todas às vezes em face do que se desestrutura, buscando os elementos da recomposição, sendo esta, no dizer de Duby, *uma forma, uma maneira de pensar de falar o mundo, uma certa maneira de dizer a ação do homem sobre o mundo. Situando-se, na confluência do pensamento e da linguagem, estritamente ligadas às estruturas de uma linguagem.* (Duby,1982,p.18).

O modelo ternário de explicação da sociedade promove uma hierarquização social, definindo a ordem, e principalmente o poder, que se estende sobre a sociedade. Em suas pesquisas, Duby atenta para os textos de Adalbéron de Laon e de Gérard de Cambrai,<sup>24</sup> ambos bispos, homens que, ao

---

<sup>24</sup> Os textos de Gerárd de Cambrai não são de sua própria lavra. O discurso teria sido pronunciado por este e transcrito por um cônego da catedral muito chegado a Gerárd, esse lhe guiava a mão. Os textos encontram-se, no capítulo 52 do Livro III da obra *Gesta episcoporum cameracensium*, a Gesta dos bispos de Cambrai.

serem consagrados, receberam no corpo o óleo santo e com ele certos poderes que podem transmitir a outros, tal como o de ordenar padres, dessa forma, permitindo que a *ordo* de padres pudesse ampliar-se e exercer uma das funções da trifuncionalidade, a de orar. A missão destes homens unguídos é dupla, consistindo de orar e pregar. Estas funções se resumem na palavra latina *orare*. Cabe a estes homens serem intermediários entre o céu e a terra e agirem no sentido da ordem, na qual o céu é o paradigma e o monarca, o seu primeiro súdito. Devem os oradores conduzir seu povo, cabendo-lhes o direito de sugerirem modificações nas relações sociais.

Ao se instalar uma crise, a figura da trifuncionalidade reaparece, sendo um destes momentos o séc. XI, que é campo de finalização da transição do poder real carolíngio para os senhores feudais. A figura trifuncional é encoberta por um invólucro ideológico, que lhe permite servir não só ao clero, mas também àqueles que se afligem e têm seus interesses particulares ou coletivos, afetados por tal situação.

No caso dos bispos acima citados, é também uma resposta a posições assumidas dentro da própria Igreja, pois os monges de Cluny defendiam a Paz de Deus, creditando ser possível restaurar a paz e a ebulição crescente da sociedade, reordenando-a, tentando conter os excessos da cavalaria através de uma nova postura social. Ou seja, além de seus atributos originais, também uma qualidade específica da ordem eclesiástica e da realeza de serem sagrados. As denúncias feitas por Adalberon de Laon encontram-se no poema intitulado “Graça (carmen) para o rei Roberto”. O enunciado da trifuncionalidade social pertence ao segundo discurso, indicando que a ordem está no céu, fora do tempo. *Adalberão convida o rei a olhar para o céu, a fim de descobrir a forma de recompor o que, na terra, se degrada. (...) O rei verá que, nesse lugar de perfeição, tudo se rege segundo uma “distinção de ordens”, “e a distribuição do poder submete estes aquele”.*(Duby, 1982, p.63).

Os textos dos bispos Adalbéron e Gérard de Cambrai indicam a presença de ideologias concorrentes dentro da própria Igreja do período

denominado de feudalismo. Essas ideologias tendem a ignorar as transformações ao nível infra-estrutural, que ocorrem nos séc. XI e XII na Europa ocidental, um mundo agitado pelos efeitos de um grande crescimento demográfico e econômico. Mas refletem com fidelidade as estruturas globais de uma sociedade agrária, onde os novos ofícios que surgiam com o despertar das aglomerações urbanas, não tinham lugar.

As ideologias eclesiásticas tratam de salvaguardar seus interesses e dissimulam as tensões entre as três categorias sociais, justificando as desigualdades por uma troca equilibrada de serviços. Justificavam, assim, a exploração senhorial. Manter as diferenças é uma estratégia de poder. A ideologia de Cluny e a ideologia do monasticismo de São Bernardo receberam críticas nos textos dos dois bispos, pois, aos olhos destes e em conformidade com a ideologia que veiculavam, quaisquer tentativas de equalização que viesse trazer reivindicações, que tivessem como objetivos a igualdade e o desaparecimento da diferença, tornavam-se condenáveis. Adalberon se dirige contra Cluny:

“Que pretendem, de fato, os Cluniacense? Antes do mais, monaquizar a condição dos nobres, impor-lhes as proibições e as obrigações dos religiosos, viver castamente, cantar os Salmos – quando em toda nobreza, um único homem, o rei, detém o privilégio de participar pessoalmente das liturgias. (...) Os Cluniacenses quereriam também militarizar a oração.” (Duby, 1978, p.70.)

O embaralhamento das funções, que despertam um igualitarismo, levam os bispos a tecerem críticas também ao monasticismo de São Bernardo de Clairvaux, que ousava a transformar a função de pregar, educar, de converter pela palavra numa tarefa semelhante àquela desenvolvida pelo cavaleiro, com igual destemor e valentia. O valor emblemático presente em sua atuação era o espírito cruzadístico.

O embate entre essas ideologias que, embora concorrentes, são edificadas no mesmo conjunto cultural, é determinado pelas disposições das relações de poder dentro desta sociedade. O que de comum existe entre elas, é

que buscam legitimizar o modo de produção feudal. Utilizam o modelo trifuncional, e assim como as estratégias capazes de defender os interesses eclesiásticos, divergem quanto a essas estratégias. Duby analisa essas ideologias e observa que o modelo apresentado por Adalberão e Gérard de Cambrai é mais bem formulado, porém retardatário, pois antecipava a decadência da monarquia e seu posterior ressurgimento.

O monasticismo de São Bernardo leva a melhor e alcança um enorme desenvolvimento. Isto se deve, também, à atuação de seu principal inspirador, sendo quase obrigatório um esclarecimento sobre o personagem Bernardo de Clairvaux e da enorme importância que o estudo de sua personalidade tem no estudo de Duby sobre a mentalidade na Idade Média. *Por sua excessiva violência e uma feroz obstinação em promover à revelia a salvação dos outros, (...) por sua prosa admirável e por ele conduzida em direção a essas províncias da alta espiritualidade que não se pode ignorar se quiser escrever com seriedade a história das sociedades da Idade Média.* (Duby, 1994, p.101.), sendo afeito a longas meditações sobre o mistério cristão da encarnação, apontando a necessidade de preservar a unidade da carne e do espírito se quisermos compreender o mais ínfimo de um ser humano.

Duby ressalta a necessidade de alcançar o objetivo de se entender a mentalidade de uma época, estudar uma personalidade sem isolá-la do corpo social em que se insere, tentando abstrair seus pensamentos individuais e procurando alcançar *o conjunto vago de imagens e certezas não conscientizadas ao qual se referem todas os membros de um grupo.* (Duby, 1991, p.91.).

Os três modelos que se defrontam no início do séc. XI estavam envolvidos certamente na agitação das relações sociais, em todas elas o corte fundamental separa o que é ordenado do que é subordinado e este é a plebe. A nova configuração social que os três modelos propunham, está de acordo com as “intenções divinas”, pois o céu é o paradigma. Se divergiam, não era quanto às funções e sim quanto aos limites entre as categorias sociais. Não eram contrárias à monarquia, mas podiam passar sem ela. Porém, são contrárias a uma quarta

ideologia ou ideologias heréticas e para deslegitimá-la, fogem para longe do real social existente, clamando a vontade de Deus para justificar suas proposições sociais, mas não deixam de proclamar a aliança entre o povo e a Igreja.

A figura trifuncional entra em eclipse por um século e meio. Deixa-se de ouvir enunciar a idéia de que o gênero humano se divide entre os que oram, os que combatem e os que trabalham, mas o mundo continuava a mudar. O incremento agrícola se acelerava. Aos poucos, o uso da moeda difundia-se, embora esses movimentos profundos não conseguissem destruir por completo os vestígios das antigas relações sociais, que a partir do final do séc. X se esboçavam. A figura da trifuncionalidade torna a reaparecer por meio dos textos de Benoît de Sainte-Maure, na corte de Henri Plantageneta, rei da Inglaterra, mas residente na maior parte do tempo na França, cujo rei era Luís VII.

Duby tece várias considerações a respeito do reaparecimento ter se manifestado em uma corte principesca e perder o caráter intimamente sagrado que possuía com a revelação de Aldalbèron. Em primeiro lugar, destaca o fato que este monarca não foi ungido pelo óleo santo e a figura do príncipe, estando no centro e em posição de domínio sobre as três ordens, desta forma, há uma dessacralização da figura da trifuncionalidade, que é trazida do céu para a terra; e também pelo fato da cavalaria, sendo detentora da função guerreira, incorporar a função de justiça. Desta forma, a ordem eclesiástica perde a precedência em relação ao poder com esta transferência de poderes, fazendo surgir uma aristocracia bem ampliada, embora mantenha-se o limite social que a separa da massa, o povo.

Nesse novo reaparecimento da trifuncionalidade, e as modificações dele decorrentes, e certifica-se o ajustamento que as ideologias sofrem ao longo do tempo, promovido, neste caso, pelas transformações na infra-estrutura, sendo sempre de maneira parcial. Mas as ideologias são propensas a refletirem as mudanças em uma sociedade, mas o fazem de forma conservadora, demorando para refletir aquelas mudanças, promovendo-se entre temporalidades diferentes.

As transformações ocorridas, os ajustamentos no sistema ideológico, podem ser traduzidas como interpretação de uma situação concreta.

Duby analisa as transformações ocorridas no sistema ideológico apresentado por Benoît de Sainte-Maure, afirmando ser indissociável da história da aristocracia; do Estado que se organiza, aperfeiçoando seus sistemas de controle fiscal; do exército diante das novas condições das guerras e a presença em sua composição de tropas mercenárias, os *brabançons*; da economia, com as transferências dos pólos de desenvolvimentos dos campos para as cidades; e do parentesco, pois a primogenitura perde a primazia. Nesta análise, estamos diante de uma pequena amostra da proposta de Duby de não estudar a história das sociedades sem se levar em conta às discordâncias entre as estruturas materiais e as mentalidades, partindo dos textos para apreensão do imaginário de uma sociedade, com a finalidade de tornar visível este fino e delicado véu que é um sistema ideológico que se prende, se imbrica com a realidade da infra-estrutura. A infra-estrutura se apresenta de forma recriada pela inserção do imaginário, ganhando uma nova dimensão e isto dá vida ao esquematismo frio dos estudos da infra-estrutura quando esta é apresentada sem a dimensão imaginária.

## CONCLUSÃO

O ecletismo de Georges Duby não é apenas cultural, mas também epistemológico. O autor forma-se a partir da vontade de atingir um melhor esclarecimento de uma época, de uma realidade vivida com cautela necessária para não cair nas amarras teóricas em que muitos de sua geração soçobraram. Esta postura de Duby, que perpassa sua obra, demonstra ter sido sempre avesso às sistematizações rigorosas no campo da teoria e o coloca dentro da tradição dos *Annales*. Em seu fazer historiográfico, as transposições de fronteiras de novas áreas de conhecimento abrem possibilidades novas de saber que objetivam um maior entendimento de uma realidade sócio-histórica.

Esta atitude dá a sua obra uma conotação de exercício constante, em busca da maior proximidade possível com a realidade vivida em uma época e, também, a procura e a definição de um espaço próprio de pesquisa, onde fosse possível apresentar, dentro de uma estrutura social, as várias dimensões da atividade humana. Pode-se perceber esta postura quando o historiador subverte as relações entre a história econômica e a história social nos anos pós segunda guerra, traçando a distinção e a complementaridade entre elas. Marca toda a sua obra com a responsabilidade de estudar o que acontece a nível superestrutural, fazendo as devidas verificações e cotejos com as condições apresentadas pela infra-estrutura, pois é entendido - por Duby - uma estrutura social, um conjunto

orgânico de relações coerentes, ao mesmo tempo econômicas, sociais e psicológicas, que duram longamente e se movimentam lentamente.

Um comprometimento que está presente na obra do historiador é uma refinada crítica histórica, um conjunto de regras que devem ser obedecidas e que dão solidez ao trabalho de criação do historiador, não permitindo que se crie alguma coisa sobre bases que sejam por demais oscilantes. Sem ocultar a subjetividade de seu discurso, alerta para a necessidade de se partir de vestígios “concretos”, não importando o seu grau de materialidade, pois os vestígios de sonho não são menos reais do que um sulco de charrua sobre a terra. O historiador tem que se preocupar mais com a “veracidade” do que, talvez, com a “realidade”.

O historiador sonha um sonho condicionado e a figura mais evidente desse condicionamento é a erudição sem o efeito aterrador. Deve-se evitar uma erudição pequena e mesquinha, mas também é ela uma questão de ética, uma moral a ser respeitada, não se pode falar daquilo que não se tem certeza. Um ponto relevante e imprescindível é a ancoragem cronológica, principalmente quando as observações são feitas na longa duração, onde podem se encontrar objeto de estudo mal situado, vestígios dificilmente datáveis, facilmente encontrados quando se relaciona fenômenos culturais com folclóricos, ou se faz interrogações a propósito das mentalidades. A grande dificuldade para o historiador é conciliar rigor e encanto.

Duby assume a postura de um historiador aberto ao encontro da historiografia com a literatura, reivindicando para aquela o estatuto literário: sendo o discurso histórico diferente da ficção, é, ao mesmo tempo, um gênero literário que depende da “literatura de evasão”. O discurso histórico, para Duby, é uma espécie de construção imaginária, mas o imaginário histórico distancia-se do ficcional, pois deve conciliar invenção e veracidade.

A conexão que se estabelece entre os vestígios, dentro de um quadro interpretativo, são normas da disciplina, ligada aos pensamentos teóricos, o que é intrínseco à natureza do texto histórico enquanto componente retórico, narrativo.

A imaginação do historiador intervém nos vazios deixados por tudo aquilo que silenciou ou foi silenciado, deixando imensos buracos no tecido da história. Para Duby, escrever é meio de atrair, de convencer e de levar o leitor ao sonho do mesmo modo que o historiador sonha por seu lado, um sonho não livre (...) *visto que as grandes cortinas de imagens de que é feito têm obrigatoriamente de se prender a pregos, que são os vestígios de que falamos. Mas, entre os pregos, insinua-se o desejo.* (Duby, 1980, pg.41).

Sob a influência dos *Annales*, Duby inicia seus estudos sobre as mentalidades seguindo os ensinamentos de Lucien Febvre e, com o acompanhamento de Robert Mandrou, empreende o estudo desses sistemas de representações que não devem estar desassociados do estudo da materialidade, pois, dessa forma, o historiador evita o desvio para uma *Geistesgeschichte* sem as verificações que se deve fazer com as condições materiais apresentadas, favorecendo uma ênfase excessiva ao imaterial.

A influência estruturalista é marcante em sua obra, sendo esta proveniente das ciências sociais, levando o historiador a elaborar novos questionários e novos instrumentos críticos para serem aplicados nas fontes, principalmente nos textos, de modo a apreender as formas estruturais nas suas oscilações de longa duração. Para Duby, a influência estruturalista é causa que desencadeia um novo rejuvenescimento da escola histórica francesa, comparável a que, trinta anos antes, os combates de Lucien Febvre e Marc Bloch promoveram nos *Annales*.

A leitura dos etnólogos como Meillassoux, Augé, Althabe o levam a se interessar pela utilização de conceitos novos como os de reciprocidade ou redistribuição, que forçavam um novo olhar quanto o papel da economia no sistema feudal. Mauss, Polanyi, Veblen influenciam o historiador a destacar o papel da gratuidade nos círculos de troca, o papel desempenhado pelo jogo, pela festa, o dever de destruir, de sacrificar riquezas de tempos em tempos. O historiador via-se obrigado a levar em consideração, como papel relevante na organização econômica medieval, dos santos protetores e dos mortos como

agenciadores dos favores do céu, tão importantes para as colheitas quanto a qualidade dos grãos, o trabalho dos animais etc.

A antropologia social também influencia o historiador a estudar o papel dos sistemas de imagens construídos com a finalidade de justificar, perenizar determinadas práticas sociais ligadas à produção e distribuição das riquezas; e também a importância das relações de parentesco, para isto, sendo necessário imiscuir-se interior das residências feudais.

A posição de Georges Duby era buscar o que efetivamente se passava nas cabeças que não podem ser separadas de um corpo. Para Duby, a validade da história das mentalidades, desses traços deixados pelos homens do passado através dos “julgamentos”, “crenças”, “conceitos”, embora pouco palpável, mas “reais”, somente atinge um objetivo se encarnada no sentido primeiro e mais forte da palavra.

Em se acompanhando o projeto que Duby empreende, sua investigação histórica a partir da década de 60, deve-se compreender a importância da influência da antropologia estrutural e do degelo do pensamento marxista. É relevante situarmos o autor na teoria marxista, quais aspectos dela utiliza e como os utiliza. Confortavelmente, pode-se situá-lo em uma ótica do jovem Marx quanto às análises de articulações, das interferências e na observância das alteridades de ritmos entre os fenômenos que pertencem ao imaterial e outros que se situam em plena materialidade.

Sem cometer anacronismo, Duby projeta, em um sistema social completamente diferente do novecentista, conceitos como o de luta de classes e de relações de produção, que se tornaram eficientes por revelarem as inadequações desses conceitos em época tão distante, mas esta transposição torna-se altamente reveladora quando ajuda a mostrar as características originais e os mecanismos da sociedade senhorial.

Da teoria marxista, é privilegiada a instância política em seus estudos, pois é nesta que se dá a compenetração da vida “material”, com a representação, e é neste lugar que a vida “material” imediatamente inscreve-se no imaginário.

Este comércio se processa entre a “vida material” e suas “representações”, a sua consciência, visto como relação regulada entre homens que *imaginarizam*<sup>25</sup> as relações de poder, coletivizando seus membros sobre certo número de inscrições imaginárias (castas, ordens, classes, etc.), de rubricas que continuaram a dividi-los, mas agora coletivamente. É imperioso, para o autor, confrontar o real e os conjuntos imaginários, para que se possa separar aqueles que estão em armas daqueles que os olham sempre de baixo.

A liberdade de Duby na utilização da teoria marxista é, em grande parte, proveniente do fato de que tudo que não se refere propriamente ao modo de produção capitalista, na obra de Marx, encontra-se, de certa forma, em um simples esboço, de maneira tracejada, embora este fato não deva ser entendido como salvo-conduto para se aplicar a teoria marxista de maneira leviana, ferindo ou renegando este instrumento de grande eficácia heurística. É possível utilizar a flexibilidade encontrada no esboço, é concebível que se retifiquem pontos sob a luz de novos conhecimentos. Estas possibilidades são provenientes em parte do objeto de investigação que é a civilização medieval, que obriga o historiador a contornar princípios de um marxismo vulgar e, por outra parte, é proveniente da postura de historiadores como o próprio autor, que liberta Marx de um caráter perfeitamente a-histórico e dogmático que quiseram lhe atribuir, avaliando o que o seu modo de reflexão pode elucidar.

A recusa de Duby de fazer uma história onde fosse característica um *geistgeschichte* sem amarras, sendo esta postura o principal contributo do marxismo em sua obra, o coloca fora do ponto onde se fixa a maior incompatibilidade entre o conceito de ideologia e de mentalidades, isto é, quando se afirma uma autonomia do mental e de sua irredutibilidade ao econômico e ao social. Uma outra ‘recusa’ do historiador, que fortalece esta postura, é quanto a sua não aceitação do conceito de “inconsciente coletivo” que se impregna de extrapolações do domínio da psicanálise, que pode ser operacional ao nível de

---

<sup>25</sup> O verbo *imaginarizar* não é dicionarizado em português do Brasil, mas o é em português de Portugal.

individualidade, mas para ele, se torna problemático ao nível de uma sociedade, quando se tem por objetivo verificar o que a faz evoluir.

A utilização do conceito de ‘imaginário coletivo’ que o deixa mais liberto da influência psicanalítica, porém não a renegando, mas lhe possibilitando operar também com a abordagem antropológica. Temos, desse modo, a presença de Freud, principalmente a importância do desejo na perspectiva em que vislumbra as ações sociais e nas relações e poder; de Levi-Strauss como início de uma influência antropológica marcante.

A postura de Duby, como historiador das mentalidades é de adotar a consciência de uma continuidade que se faz presente no intuito de manter o controle das duas pontas da cadeia: a história das estruturas e a história das atitudes mais elaboradas. Com base neste procedimento, o estudo das mentalidades torna-se um alargamento no campo de pesquisa, um prolongamento natural, a ponta fina de toda a história social, onde se desafia todas as reduções mecanicistas, enfrentando o “entrelaçamento do tempo da História”, onde se constata a “força da inércia das estruturas mentais”.

As contradições entre o estudo das ideologias e mentalidades se diluem quando esta última é vista como o estudo das mediações e da relação dialética entre as condições objetivas da vida dos homens e a maneira com a qual a narram e mesmo a vivem.

Duby é um historiador que se enquadra na linha de sucessão do pensamento dos Annales e promove o encontro entre a história das mentalidades, que tem origem com Marc Bloch e Lucien Febvre, com o marxismo. Este movimento de aproximação entre o fazer historiográfico dos Annales com o marxismo se estabelece através de Althusser, mas não se pode omitir que o êxito somente foi possível devido ao ecletismo teórico e a sua coragem de lançar olhares por sobre as fronteiras.

## **BIBLIOGRAFIA GERAL**

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado.** Trad. Joaquim José de Moura. Lisboa: Presença, 1974.

BACHELARD, Gaston. **A Formação do espírito científico:** contribuição para a psicanálise do conhecimento. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

BLOCH, Marc. **La société féodal.** Paris: A. Michel, 1939.

\_\_\_\_\_. **Os Reis Taumaturgos.** Trad. Júlia Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_. **Introdução à história.** Lisboa: Europa, América, 1965

BRAUDEL, Fernand. **Écrits sur L'histoire.** Paris: Flammarion, 1969.

\_\_\_\_\_. **O Mediterrâneo: e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II.** Lisboa: Martins Fontes, 1984.

BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. **As Escolas Históricas.** Trad. Ana Rabaça. Portugal: Europa-América, 1983.

BURKE, Peter. **Escola dos Annales**. Trad. Nilo Odalia. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

\_\_\_\_\_. **A Escrita da História** – novas perspectiva. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

CERTEAU, Michel. **La toma de la palabra** – Y otros escritos políticos. Trad. Alejandro Pescador. México: ITESCO, 1995.

\_\_\_\_\_. **A Escrita da História**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 1982.

COLLINGWOOD, R.G. **A idéia de História**. Trad. Alberto Freire. Lisboa: Presença, 1972.

DILTHEY, Wilhelm. **A Natureza do conhecimento Histórico**. In: GARDINER, Patric. **Teorias da História**. Trad. Victor Matos. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

DOSSE, François. **A história em Migalhas**. Trad. Dulce A. Silva Ramos. São Paulo: Ensaio, 1994.

\_\_\_\_\_. **A História à prova do tempo**: da história em migalhas ao resgate do sentido. Trad. Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Unesp, 2001.

DUBY, Georges. **Senhores e Camponeses**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

\_\_\_\_\_. **Le Dimanche de Bouvines**. Paris: Gallimard, 1973.

\_\_\_\_\_. **São Bernado e a Arte cisterciense**. Trad. Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

\_\_\_\_\_. **O Tempo das Catedrais** - a arte e a sociedade 980 – 1420. Trad. José Saramago. Lisboa: Estampa, 1993.

\_\_\_\_\_. **As três ordens ou o imaginário do feudalismo**. Trad. Maria Helena Costa Dias. Lisboa: Estampa, 1982.

\_\_\_\_\_. **Guilherme Marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Trad. Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

\_\_\_\_\_. **A Idade Média na França, 987- 1460: de Hugo Capeto a Joana D'Arc**. Trad, Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

\_\_\_\_\_. **Idade Média Idade dos Homens** - do amor e outros ensaios. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Schauwarc, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Sociedade Cavaleira**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

\_\_\_\_\_. **A História Continua**. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

DUBY, Georges. O Prazer do Historiador. IN: CHAUNU, Pierre; DUBY, Georges; LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre e outros. **Ensaio de Ego-História** Trad. Ana Cristina Cunha. Lisboa: Edições 70, 1987.

DUBY, GEORGES & LARDREAU, GUY. **Dialogos sobre a Nova História**. Trad. Treza Menezes. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

FLAMARION, Ciro; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Rio de Janeiro: Campus, 1977.

\_\_\_\_\_. PEREZ, Héctor. **Os Métodos da História**. Rio de Janeiro. Graal, 1979.

FEBVRE, Lucien. **Combates pela História**. Lisboa: Presença, 1977.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga. São Paulo: Loyola, 1966.

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FURET, François. **A Oficina da História**. Lisboa: Gradiva, s/d.

GARDINER, Patric. **Teorias da História**. Trad. Vítor Matos de Sá. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1995.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da Cultura**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

HARTOG, François. A Arte da Narrativa Histórica. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique ( org. ). **Passados Reconstituídos: Campos e Canteiros da História**. Trad. Marcella Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ\ FGV, 1998.p.193-201.

LE Goff. Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. Trad. Maria Julia GoldWasser. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_. **A História Nova**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

\_\_\_\_\_. **O Imaginário Medieval**. Trad. Manuel Ruas. Portugal: Estampa, 1994.

\_\_\_\_\_. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão. Campinas: Unicamp, 1996.

LE GOFF, Jacques; LADURIE, E. LE ROY; DUBY, GEORGES e Outros. **A Nova História**. Trad. Ana Maria Bessa. Lisboa: Edições 70, 1978.

LLOYD, Christopher. **As Estruturas da História**. Trad. Mari Julia Goldwasser. Rio de Janeiro. Zahar, 1995.

MARX e ENGELS. História. Org. Florestan Fernandes. Trad. Florestan Fernandes et al. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais, 36).

ODÁLIA, Nilo. **O Saber e a História**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REIS, José Carlos. **Escola dos Annales** – a inovação da história. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

RÉMOND, René. **Por Uma História Política** Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

REVEL, Jacques. **História e Ciências Sociais: Uma Confrontação Instável**. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (org.). **Passados Reconstituídos: Campos e Canteiros da História**. trad. Marcella Mortara. Rio de Janeiro: UFRJ/ FGV, 1998. p.79-90.

RICOEUR, PAUL. **Tempo e Narrativa**. Campinas: Papyrus, 1993. 3v.

VEYNE, Paul. **Como se Escreve a História**. Trad. Alda Baltar. Brasília: EDUNB, 1982.

VOVELLE, Michel. **Ideologias e Mentalidades**. Trad. Maria Julia Goldwasser. São Paulo: Brasiliense, 1985.